

-----ATA N.º 8 DE 10 DE DEZEMBRO -----

----- Aos dez dias do mês de dezembro de 2025, pelas 21.00 h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no auditório dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Proposta n.º 34/CM/2025 - Emissão de parecer acerca da Elevação da Povoação da Silveira à categoria de Vila;-----

----- 2 - Proposta n.º 35/CM/2025 - Discussão e votação da proposta de regulamento do Conselho Consultivo Municipal da Marca de Torres Vedras;-----

----- 3 - Eleição de representantes: -----

----- 3.1 - Proposta n.º 26/AM/2025 - Eleição dos membros da Assembleia Municipal que integrarão a Assembleia Intermunicipal do Oeste;-----

----- 3.2 - Proposta n.º 27/AM/2025 - Eleição de presidentes de junta de freguesia (efetivo e substituto) para representar a Assembleia Municipal no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

----- 3.3 - Proposta n.º 28/AM/2025 - Eleição de representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida Local das Serras da Archeira e do Socorro;

----- 3.4 - Proposta n.º 29/AM/2025 - Eleição de até dois representantes das freguesias do Concelho para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais; -----

----- 3.5 - Proposta n.º 30/AM/2025 - Eleição de presidente de junta para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

----- 3.6 - Proposta n.º 31/AM/2025 - Eleição de presidente de junta para integrar o Conselho Municipal de Educação; -----

----- 3.7 - Proposta n.º 32/AM/2025 - Eleição de presidente de junta para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal; -----

----- 3.8 - Proposta n.º 33/AM/2025 - Eleição de representantes de cada força política para integrar o Conselho Municipal da Juventude; -----

----- 3.9 - Proposta n.º 34/AM/2025 - Eleição de um presidente de junta de freguesia em representação das freguesias do Município para o Conselho Municipal de Saúde;-----

----- 3.10 - Proposta n.º 35/AM/2025 - Eleição de representantes de cada grupo municipal da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Ação Climática;-----

----- 4 - Proposta n.º 36/AM/2025 - Constituição de Comissões; -----

----- 5 - Proposta n.º 37/AM/2025 - Votos, moções e recomendações; -----

----- Presidiu a presidente da Assembleia Municipal Helena Isabel Ribeiro Ferreira Runa, tendo sido secretariado por Ilídio Paulo Antunes Santos (primeiro secretário), e pelo deputado Francisco Maria Charters Miranda de Barros e Vasconcelos. -----

----- Estavam presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar: -----

----- Carlos Manuel Soares Miguel, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Maria Leonor Varela Silva Malhado, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Carlos Alberto Pontes Filipe, Andreia Filipa Alves Caldas, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Tânia Isabel Ramos Mourato jerónimo, Rui José Prudêncio, Vanda Raquel Inácio da Silva, Beatriz Silva Pereira, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Herculano Manuel Cosme Raposo, Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, Fernando Manuel Osório Guerra, Susana Mónica da Silva José, Artur Alexandre dos Santos Narciso, João Paulo Moreira dos Reis, Paula Cristina dos Santos Lopes, Sérgio Alexandre Simões Ferreira, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto Pedro, Telma Filipa Francisco Mota, Vasco Augusto Bernardes Forcada, João Marcelo Garcia Marques Mário João Rodrigues Matias, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, João de Deus Tomás Elias, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Dalila do Carmo Miranda de Jesus, António José Silva Alves, Mário João Ferreira Gomes, Francisco José Teodoro Martins e Ana Clara Gomes dos Santos. -----

----- Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara Municipal Sérgio Paulo Matias Galvão e os vereadores Francisco João Pacheco Martins, Rita João Maya Gomes Sammer, David Alves Gomes Lopes, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Ana Barbara Antunes do Carmo da Silva Amaro, Felicidade Maria da Silva Santos Vital de Alcântara, Rui Pedro Avelar Lopes e Rui Manuel Estrela da Silva. -----

----- A **presidente da Assembleia**, declarou aberta a sessão, que foi convocada pela necessidade de apreciarem e deliberarem sobre matérias que requerem uma resposta célere e responsável por parte do órgão deliberativo, e agradeceu a disponibilidade e sentido de serviço público demonstrado, de cada um dos membros desta assembleia, ao estarem hoje presentes. -----

----- Antes de dar início aos trabalhos também salientou a importância de conduzirem os trabalhos com o habitual espírito democrático, respeito institucional e compromisso com o interesse coletivo, desejando que o debate da sessão seja construtivo, claro e centrado nas necessidades reais da comunidade, e lembrou que esta presidência zelará pelo cumprimento rigoroso do regimento, garantindo que todos os intervenientes tenham oportunidade de se pronunciar dentro dos tempos e regras estabelecidas. -----

----- Anota-se que nos termos do n.º 3 do art.º 44.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, a presidente da Assembleia, verificando a identidade e legitimidade deu posse aos eleitos Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Susana Mónica da Silva José e Dalila do Carmo Miranda de Jesus que faltaram justificadamente, ao ato de instalação. -----

----- Anota-se também que o segundo secretário, Mário Agostinho estava ausente, por motivos

médicos e foi proposto para completar a mesa o deputado municipal Francisco Maria Charters Miranda de Barros e Vasconcelos, que teve a anuência de todos os presentes. -----

----- De seguida teve início **o período aberto à intervenção do público**, para o qual a Mesa tinha recebido a seguinte inscrição: -----

**INTERVENÇÃO DO CIDADÃO PEDRO MIGUEL MOTA GARCIA:** -----

**1 - FALTA DE COBERTURA DE REDE MÓVEL NA LOCALIDADE DE OLHO POLIDO — UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMPELOS E OUTEIRO DA CABEÇA:** -----

----- O ***cidadão Pedro Garcia*** disse que vinha expor ao plenário a grave e persistente falta de cobertura de rede móvel na localidade de Olho Polido, problema que já havia apresentado em outubro de 2024, na reunião do órgão executivo realizada no Outeiro da Cabeça, sem que até ao momento se tenham verificado avanços substanciais. -----

----- Deu também nota que o anterior executivo municipal encetou contactos apenas com a operadora Vodafone, tendo sido inicialmente proposta a instalação de infraestrutura na igreja, contudo, o pároco recusou essa solução por entender que o processo deveria envolver todas as operadoras e não apenas uma, de forma a garantir transparência e a melhor resposta possível e também pelo facto de no local citado existir somente fibra de outra operadora e muitos moradores terem telefone agregado aos pacotes de comunicações dessa operadora e assim a solução escolhida não resolvia o problema da falta rede.-----

----- Prosseguiu dizendo que face ao impasse criado, e porque a população continua a sofrer diariamente com a ausência de rede móvel, já foi identificada uma localização alternativa viável: o espaço do Clube de Caçadores, situado a aproximadamente 50 metros da igreja e numa cota idêntica, assegurando as mesmas condições de propagação do sinal e em articulação com a junta de freguesia, encontra-se tudo preparado para proceder à instalação de um poste que permite a colocação de antenas ou repetidores das operadoras que se disponibilizem a servir a zona. -----

----- Assegurou que estão empenhados e preparados para colaborar ativamente, faltando apenas que a câmara municipal retome contactos com todas as operadoras e assuma o compromisso de ajudar a resolver esta carência, pois a falta de cobertura móvel continua a prejudicar a segurança da população, a atividade da ASOC e dos funcionários da junta, a qualidade de vida e a fixação de residentes, o acesso a serviços digitais essenciais e integração plena da freguesia no desenvolvimento tecnológico do concelho. -----

----- Perante o exposto veio solicitar que seja retomado e ampliado o contacto com todas as operadoras, e que seja dada prioridade à avaliação da solução proposta para o Clube de Caçadores.-----

----- Concluiu frisando que população de Olho Polido merece uma solução definitiva e urgente e está disponível, organizada e com alternativas concretas identificadas, faltando apenas a

necessária articulação institucional. -----

----- O **presidente da Câmara**, aproveitou a sua primeira intervenção para desejar um bom mandato a todos os deputados, porque se fizerem todos um bom mandato e cada um fizer o seu papel, quem ganha são os torrienses e Torres Vedras.-----

----- Relativamente à questão colocada pelo cidadão, disse que desconhecia, mas tomou a devida nota no sentido de se tentar arranjar uma solução e resolver o problema.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

## **2 – ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMPELOS E OUTEIRO DA CABEÇA:** -----

----- O cidadão **Pedro Garcia** disse que veio apresentar uma reflexão e um apelo relativamente à organização escolar da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, no contexto da anunciada reforma e requalificação da Escola Gaspar Campello.-----

----- Lembrou que historicamente, quando a Escola Gaspar Campello foi inaugurada, foi necessário recorrer aos alunos do Outeiro da Cabeça para compor o número de estudantes exigido, sendo estes mais tarde devolvidos à Escola do Maxial, que mostra que desde o início, que a ligação entre Campelos e Outeiro da Cabeça esteve na base do funcionamento da escola. -----

----- Assinalou ainda que desde então, muita coisa mudou. Atualmente existe a União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, pelo que não faz sentido que as crianças do Outeiro continuem a ser encaminhadas para a escola do Maxial, quando existe uma escola na sua própria freguesia. -----

----- Este desfasamento cria um afastamento artificial entre as duas localidades e dificulta a integração social, educativa e comunitária que a união administrativa deveria promover. A escola é, por natureza, um dos maiores polos de convivência e de identidade coletiva e manter os alunos do Outeiro da Cabeça numa escola fora da sua própria freguesia perpetua uma separação que já não corresponde, nem à realidade administrativa, nem às necessidades atuais da comunidade. ---

----- Fez notar que, com a iminente reforma da Escola Gaspar Campello, surge uma oportunidade única - talvez irrepetível - para corrigir esta situação histórica.-----

----- Assim, vem solicitar à Assembleia para que, no âmbito da reforma da Escola Gaspar Campello, seja ponderada e promovida a retoma da inclusão dos alunos do Outeiro da Cabeça, devolvendo-lhes o direito de frequentar a escola da sua própria Freguesia.-----

----- Relativamente a este assunto, o **Presidente da Câmara**, solicitou à presidente da Mesa que a vereadora Rita Sammer abordasse o assunto em questão.-----

----- Com a devida anuência a **vereadora Rita Sammer** começou por concordar que esta questão da rede escolar da escola Gaspar Campello tem toda a pertinência, e já também lhe foi sinalizada.

----- Explicou que vão ter que fazer um ajuste da Carta Educativa que, entretanto, virá à

assembleia para aprovação, porque vão ter que a adaptar à realidade das 15 freguesias, pois tinham ainda 13 no momento em que a carta foi realizada, e nessa altura vão ter oportunidade de fazer estas revisões, nomeadamente a questão do Outeiro da Cabeça, que será devidamente analisada e depois darão uma resposta. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**Período antes da ordem do dia:** -----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** -----

----- O primeiro secretário Ilídio Santos leu documentos recebidos pela mesa, que foram numerados, e que irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas. -----

**DOCUMENTO 1:** -----

----- Ofício número 5633, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 10/12/2026, a dar conhecimento que a Câmara Municipal, na sua reunião de 9/12/2025, deliberou por unanimidade, aprovar o Projeto de Lei 216/XVII/1 do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e do Grupo Parlamentar do CDS-PP – Elevação da Povoação da Silveira, tendo o Partido Socialista sublinhado e destacado o papel do anterior Presidente da Junta de Freguesia da Silveira, Luis Pedro Silva, o que mereceu consenso de todo o executivo. -----

**SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:** -----

**DOCUMENTO 2:** -----

----- E-mail de Mário Jorge da Glória Agostinho, a informar que não poderá participar nesta sessão, por motivo de doença e será substituído nos termos legais por Francisco Maria Chartres Miranda de Barros e Vasconcelos. -----

**CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS:** -----

**DOCUMENTO 3:** -----

----- Carta de Fernando Manuel Osório Guerra, de 27/10/2025 a comunicar que de acordo com as disposições regimentais aplicáveis, que se constituirá como Grupo Municipal do PCP. -----

**DOCUMENTO 4:** -----

----- Carta de Carlos Alberto Pontes Filipe de 7/11/2025, que dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do art.º 13.º do regimento desta Assembleia Municipal, vem comunicar os elementos que constituem o Grupo Municipal do Chega bem como a respetiva direção: Líder - Carlos Alberto Pontes Filipe, Vice-líder - Vanda Raquel Inácio da Silva, Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos e Paula Cristina dos Santos Lopes. -----

**DOUMENTO 5:** -----

----- E-mail de Carlos Miguel Soares Miguel, de 12/11/2026, a informar que nos termos do disposto no art.º 13 do RAM, o Partido Socialista vem constituir o seu Grupo Municipal a esta Assembleia, o

qual é composto pelos nove elementos eleitos diretamente e os seis Presidentes de Junta eleitos nas listas do PS, num total de quinze elementos: Carlos Manuel Soares Miguel, Rui José Prudêncio Maria Leonor Varela Silva Malhado, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Beatriz Silva Pereira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas, José António do Vale Paulos, Susana Maria Ribeiro das Neves, Artur Alexandre dos Santos Narciso, Vasco Augusto Bernardes Forcada, Nuno Carlos Lopes Pinto Pedro, Telma Filipa Francisco Mota, Mário João Rodrigues Matias, João de Deus Tomás Elias e António José Silva Alves. -----

----- A direção do Grupo Municipal do PS será composta por: Carlos Miguel, Rui Prudêncio, Telma Mota, Hugo Lucas e Leonor Malhado, e caberá ao primeiro, Carlos Miguel, a liderança do grupo.--

DOCUMENTO 6: -----

----- E-mail de Jorge Carlos Ferreira dos Santos, de 05/12/2025, a informar que o Grupo Municipal constituído pelos membros eleitos pela Coligação denominada "Unidos por Torres Vedras ", que era integrada pelos elementos do Movimento Cívico Unidos por Torres Vedras, como independentes na lista do PPD/PSD, pelos membros do CDS/PP, bem assim como pelos do Volt, vem, em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 17.º da Lei Orgânica 1/2001, no art.º 13.º do Regimento desta Assembleia Municipal, e, ainda, no art.º 46.º B da Lei n.º 169/99. -----

----- O Grupo Municipal em questão, adota a designação "Unidos por Torres Vedras", é composto pelos treze elementos eleitos diretamente, e, ainda, pelos nove Presidentes de Junta de Freguesia eleitos nas listas da referida Coligação, os quais, conjuntamente, perfazem vinte e dois elementos, a saber: -----

----- Helena Isabel Ribeiro Ferreira Runa, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Andreia Filipa Alves Caldas, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Ilídio Paulo Antunes Santos, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Herculano Manuel Cosme Raposo, António João Leal da Costa Bastos, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Mário Jorge da Glória Agostinho, Susana Mónica da Silva José, João Paulo Moreira dos Reis, Sérgio Alexandre Simões Ferreira, José Francisco Damas Antunes, João Marcelo Garcia Marques, Jorge da Vaza dos Santos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Dalila do Carmo Miranda de Jesus, Mário João Ferreira Gomes, Francisco José Teodoro Martins, Ana Clara Gomes dos Santos. -----

----- A Direção do Grupo Municipal é constituída por: Jorge Carlos Ferreira dos Santos (Líder), Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes (substituto), Andreia Filipa Alves Caldas, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, e, Herculano Manuel Lopes Raposo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

## **1 - SESSÃO SOLENE DE CELEBRAÇÃO DO FERIADO MUNICIPAL – ENTREGA DAS CONDECORAÇÕES MUNICIPAIS - 11 DE NOVEMBRO:**-----

----- O *deputado municipal Carlos Miguel* disse que em primeiro lugar queria parabenizar todos

aqueles que na data em título viram reconhecido o seu percurso, as metas atingidas, o reconhecimento da comunidade torriense e por isso a todos eles o PS endereça votos de maior sucesso e congratula-se pelo reconhecimento público. -----

----- A segunda referência é um reparo que não podia deixar de fazer relativamente à entrega das medalhas, nomeadamente uma violação grosseira daquilo que é o protocolo da Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

----- A este propósito fez notar que para terem um comportamento correto entre todos como a presidente da Assembleia pediu, há duas coisas que são fundamentais, uma é o respeito da lei outra é o respeito do protocolo e por isso em situações futuras agradece que o executivo municipal tenha mais cuidado com o protocolo municipal e no seu cumprimento. -----

----- A terceira referência e ainda dentro deste tema tem a ver com o próprio regulamento de atribuição de condecorações municipais, que não só está ultrapassado, mas cria várias confusões, a quem assiste à sessão, no sentido de não se perceber porque é que com graus de sucesso idênticos, uns recebem medalhas de bronze e outros de ouro, sem que haja uma explicação prévia, tendo ele próprio ter-se visto na condição de ter de explicar a algumas das pessoas, mas acha que é proveitoso para todos, darem uma volta ao regulamento no sentido de as questões ficarem mais claras. -----

----- O **presidente da Câmara** disse que tomou a devida nota das recomendações. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

## **2 - AUDITORIA À CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:** -----

----- O *deputado municipal Carlos Miguel* assinalou que no último Badaladas vem a referência que o senhor presidente da Câmara já fez contactos para se auditar a Câmara Municipal. -----

----- Com este enquadramento disse que o Partido Socialista está completamente de acordo em que se faça uma auditoria, a mesma não depende do voto do PS, mas se dependesse, votariam favoravelmente, porém não conseguem compreender porque é que essa auditoria é feita de 2016/2025, até porque o ano de 2016 é um ano em que não começa nem termina nada, uma vez que o mandato terminou em 2017 e iniciou-se novo mandato. -----

----- Na ótica do PS, a fazer-se uma auditoria e acha que se deve fazer, ela deve reputar ao ano de 2005 a esta parte e está à vontade para dizer porque em 2005, foi eleito Presidente da Câmara e o senhor presidente Sérgio Galvão, na altura também foi eleito vereador, pelo que não tem nada a perder, tem tudo a ganhar que a sua atividade enquanto presidente da câmara seja auditada e tem a convicção profunda que o senhor presidente também tem o mesmo à vontade, do tempo em que era vereador e por isso, para que as coisas sejam o máximo transparentes possíveis e para que não sejam focadas, em alguém ou num setor temporário muito curto o apelo que o PS fazia é que essa auditoria, se reportasse a 2005 a esta parte. -----

----- O **presidente da Câmara** agradeceu a recomendação, informando que o deputado municipal viu mal no jornal pois refere que se pretende a auditoria a partir de 2017.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**GLOBAL INNOVATION COOP SUMMIT:**-----

----- O *deputado municipal Hugo Lucas*, sendo esta sua primeira intervenção nesta Assembleia Municipal, desejou a todos um excelente mandato em prol dos torrienses e que neste espaço de debate e de ideias possam nascer as melhores soluções para o município de Torres Vedras e para os seus municípios. -----

----- De seguida em nome do Grupo Municipal do PS deixou um justo reconhecimento, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras e ao Dr. Manuel Guerreiro por terem organizado nos passados dias 27 e 28 de outubro, em Torres Vedras o evento em título, que trouxe à cidade aproximadamente, 500 pessoas de 15 países, líderes inovadores, representantes de cooperativas de vários setores, que vieram trocar ideias à nossa terra.-----

----- Tendo este sido o maior encontro cooperativo realizado em Portugal, num ano em que a ONU declarou 2025 o Ano Internacional das Cooperativas, realizaram-se discussões sobre sustentabilidade, inclusão, economia social e sobre o papel das cooperativas na construção de um futuro mais equilibrado. No mundo e em Portugal, as cooperativas são motores de desenvolvimento local de inovação e sustentabilidade, respondendo a crises económicas sociais com modelos participativos que geram confiança e estabilidade, sendo uma ferramenta prática para construir comunidades fortes e economicamente mais humanas.-----

----- Reforçou que para os torrienses, enquanto comunidade, é um orgulho que os conheçam e percebam que este município criou e que tem a capacidade de receber eventos desta dimensão, que deixam ideias, oportunidades e uma imagem reforçada de Torres Vedras como um território que sabe trabalhar em cooperação e sabe pensar o futuro. -----

----- Fica-lhe, no entanto, o lamento que, numa terra que sabe receber tão bem, não tenha estado presente qualquer elemento do Executivo Municipal para receber o senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros que aqui se deslocou para inaugurar o evento, mas, acima de tudo o que importa neste momento é agradecer e reconhecer o trabalho realizado pelo doutor Manuel Guerreiro e pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Torres Vedras, pelo evento e pela visibilidade que trouxeram ao concelho. -----

----- O **presidente da Câmara**, assegurou que ele e o vereador Rui Estrela estiveram presentes na sessão de abertura, na Quinta da Almiara, mas na sessão de encerramento como se antecipou uma hora, chegou quando o Dr. Manuel Guerreiro estava a discursar. Com o ministro não esteve presente, lembrando que tomaram posse na 2.ª feira e começaram em funções logo na terça, precisamente os dois dias do evento, mas estiveram e há fotos que o documentam. -----

----- O *deputado municipal* **Hugo Lucas**, respondeu que aquilo que lhe custou foi ver o senhor ministro sozinho sem o acompanhamento de alguém da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**INÍCIO DO MANDATO 2025-2029:**-----

----- O *deputado municipal* **Luis Carlos Lopes** nesta sua primeira intervenção começou por dizer que não sendo o mais velho, é certamente dos mais antigos e certamente o segundo em funções autárquicas no concelho de Torres Vedras interruptamente, dos 51 que estão presentes. Começou tarde, aos 35, mas mantém-se há alguns anos, com muito prazer e com muita honra em servir Torres Vedras.-----

----- Esta é primeira sessão formal de trabalho da Assembleia Municipal que está a começar de uma forma animada, de uma forma genuína, enfatizando as diferenças e tudo o que os traz ao plenário. -----

----- Assim e sobretudo com esta responsabilidade de ser um dos mais antigos da Assembleia, queria deixar uma palavra de serenidade e de equilíbrio, não deixando também de dar nota que tendo em conta as eleições anteriores, têm hoje algo diferente, ou seja, há uma nova maioria após 49 anos, e há uma mudança de papeis. Quem governou passa a oposição, quem estava na oposição governa, isto é um sinal de vitalidade democrática, mas também é um sinal que há quem tenha que se habituar a ser oposição. -----

----- Enfatizou ainda o facto de haver uma profunda maioria de gente nova nos 51 membros eleitos. Têm 6 novos vereadores, 10 novos presidentes de junta e 13 novos membros da Assembleia Municipal. Em 51 pessoas é bastante, é mais de 50%, é uma renovação muito grande e que consubstancia a mudança que está a ocorrer. -----

----- Disse ainda que a renovação profunda que hoje se observa na Câmara Municipal de Torres Vedras traz novas perspetivas e energias, e é fundamental que todos se reconheçam como parte integrante deste projeto democrático. Porém, o que os une, servir Torres Vedras e os torrienses, tem de ser superior ao que os divide, não obstante as naturais e saudáveis diferenças políticas e ideológicas, e sobretudo é importante dizer que não é a “maioria”, nem a “nova maioria”, são novos desafios que surgem.-----

----- Não podem esquecer, que não é apenas uma mudança, é uma nova forma de governar e de representar, com compromissos, que agora têm que ser concretizados e serão, com ação, com rigor, e com resultados, com proximidade às freguesias e às pessoas, como já ocorreu com a primeira promessa eleitoral, pois já estão no primeiro mês em Runa nas “Freguesias Sedes de Concelho” a cumprir, com transparência, competência, e responsabilidade na gestão, promovendo a participação cívica e o desenvolvimento das associações e das coletividades. É este o papel que a todos cumpre, nomeadamente à nova maioria. -----

----- Prosseguiu indicando que na Assembleia Municipal espera-os um debate vivo certamente, um debate com elevação e com elegância. -----

----- Lembrou que o mundo que os rodeia vive tempos de maior confrontação, e extremismo das posições e é por isso que o papel que desempenham na Assembleia é importante, e é um exemplo de todos, aqui e lá fora, por isso quer-se um debate vivo, empenhado, plural, mas vivo não é violência e plural não é hostilidade. -----

----- Referiu ainda que o contraditório pode e deve exercer-se com elegância nas palavras, tolerância perante as diferenças, rigor nos argumentos, educação sempre. É assim que o Unidos por Torres Vedras irá dirigir o mandato que lhes foi confiado. Foram todos escolhidos pelos torrienses para pensar, debater e decidir o futuro do concelho e todos têm o mesmo dever de contribuir para o seu futuro. -----

----- Reiterou que espera que a Assembleia Municipal seja um espaço de seriedade, de diálogo leal, de ambição coletiva, de serviço aos cidadãos, e que as decisões e intervenções se orientem pelo bem comum por Torres Vedras e pelos torrienses, pelo futuro, de todos, pelo futuro dos filhos e netos e que todos tenham o mesmo propósito, ou seja, construir um concelho mais forte, mais coeso e mais próspero. -----

----- Por fim desejou a todos um excelente mandato e um excelente trabalho. -----

----- O **presidente da Câmara** agradeceu as palavras do deputado. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL FERNANDO GUERRA:**-----

----- O deputado municipal começou por dizer que o PCP, pretende praticar uma política de proximidade com a população de todo o concelho de Torres Vedras, abordando questões que o executivo pode ajudar a resolver, melhorando assim as suas condições de vida, por isso, reafirmam que ao levantar qualquer questão, não pretendem criticar quem esteve, nem quem está no executivo municipal, mas sim colaborar na resolução de algumas situações existentes. -----

----- Nesse propósito anotou que a Maceira é de novo freguesia, no entanto, existem alguns problemas por resolver, para os quais gostariam de conhecer a posição do executivo municipal, referindo-se concretamente ao seguinte: -----

----- O Casal Monte Bom há 4 anos, viu as ruas principais serem alcatroadas, no entanto, e tal como noutras zonas da Maceira, as habitações continuam a não ter saneamento básico, questionando se existe algum projeto nos SMAS que vise resolver este problema. -----

----- A muralha que protege a praia de Porto, do lado de Santa Rita vai-se tornando insuficiente e precisa de ser reforçada para que o mar não leve toda a área da praia; -----

----- Há cerca de um ano, funcionários municipais e da Proteção Civil visitaram um prédio junto à Praia de Porto Novo que está a degradar-se dia após dia, pondo em risco quem por ali passa, mas

ficou tudo igual;-----

----- Quando chove com alguma intensidade e o Alcabrichel deita por fora, perto da foz, alagando estradas e caminhos, provocando alguns constrangimentos. -----

----- Há 4 anos foi construído pela câmara municipal, um parque de merendas na Maceira, em espaço pertencente a empresa das Águas do Vimeiro, questionando se o Executivo Municipal tem conhecimento de algum protocolo escrito entre a empresa proprietária do espaço e a autarquia que legaliza situação. -----

----- Concluiu solicitando a atenção do Executivo para estes assuntos que entendem ser importantes para esta freguesia e para o concelho.-----

----- Em resposta o **presidente da Câmara** disse que ainda bem que o deputado municipal trouxe o assunto relativamente à Maceira, esclarecendo que relativamente ao Casal Monte Bom, já foi feito um estudo geotécnico e já está a ser elaborado o projeto, pois estavam em cima deste assunto e vão avançar porque já há muito tempo que é necessário o saneamento, assim como também para a muralha de Porto Novo já tinham feito proposta nesse sentido no anterior executivo, e é de facto necessário. -----

----- Sobre os outros 3 pontos, vai ter que se informar, até porque está a ser feito um levantamento precisamente das ocorrências que existiram por causa da tempestade “Claudia” e agora estes últimos dias relativamente às cheias que ocorreram, portanto, sobre a limpeza dos rios e sobre o estado do rio Alcabrichel. -----

----- Quanto ao parque de merendas, disse que desconhecia um acordo com a empresa, mas iria averiguar, respondendo depois por escrito. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **INSEGURANÇA RODOVIÁRIA:** -----

----- A *deputada municipal Paula Lopes* iniciou a sua intervenção desejando a todos um excelente mandato em prol de Torres Vedras e dos torrienses.-----

----- Disse que a situação que vinha expor pode constituir uma prática de insegurança rodoviária para todos os automobilistas e para todos os torrienses e que está relacionada com a inexistência de barreiras de segurança, num troço da Rua 8 de Setembro que conflui com o cruzamento da Estrada Nacional 8-2 em A-dos-Cunhados. -----

----- Referiu ainda que este troço consta do Plano de Mobilidade e Transportes de Torres Vedras na fase de caracterização e diagnóstico, fase 1, com a indicação que os maiores volumes de veículos pesados foram registados nos postes PT 3, cruzamento da EN 8-2 com a rua 8 de Setembro, sendo que o número máximo de veículos pesados registados na EN 8-2 é de cerca de 50/veículos/hora entre as 9 e as 10 da manhã e no período da tarde, na hora de maior procura 16.15h/17.15h, circulam cerca de 70 veículos. -----

----- Reafirmou que esta é uma via constatada e registada de grande tráfego, nomeadamente veículos pesados, mas não só, de veículos ligeiros também e serve de acesso a várias localidades: Freguesia de A-dos-Cunhados, EN 8-2 que liga o sentido norte sul, Torres Vedras à Lourinhã, Paio Correia e o Casal Vale da Azenha, o polo industrial do Alto do Ameal, a zona da Portela da Vila e o acesso à A8, portanto, é uma situação efetiva que está registada em documentos da autarquia, de perigo eminente, pelo que solicitou que sejam tomadas as devidas diligências para verificar o ponto da situação deste levantamento que foi feito e possam posteriormente informar o plenário do mesmo.-----

----- O **presidente da Câmara** agradecendo a nota, referiu que irá analisar o processo, lembrando que este executivo só está em funções há 45 dias, têm que avaliar e depois também informará o que encontrar. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**PARQUE VERDE DA VÁRZEA – INAUGURAÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DO SKATE PARK DE TORRES VEDRAS - RINGUE:** -----

----- Antes de abordar o assunto da sua intervenção a *deputada municipal Beatriz Pereira* desejou a todos um excelente mandato, baseado no debate democrático livre e respeitoso sempre em prol dos torrienses. -----

----- Saudou o Executivo Municipal pela inauguração do requalificado *Skate Park* da Várzea, pois considera importante reconhecer o trabalho que resulta da continuidade das políticas públicas, independentemente das mudanças de executivo. Este equipamento começou a ser projetado e construído no mandato anterior, mas culminou agora num espaço que já está a ser amplamente utilizado pelos jovens do concelho, por isso, deixou o seu reconhecimento pelo trabalho concluído e pela valorização do desporto urbano. -----

----- Aproveitou para chamar a atenção para o ringue situado logo acima deste *Skate Park*, um espaço muito utilizado, seja por equipas, associações ou pela população em geral, mas que apresenta necessidades claras e urgentes de requalificação. Destacou, em particular, a degradação dos balneários, que já não respondem às necessidades mínimas de conforto e higiene, a falta de melhores condições de apoio para quem utiliza aquele recinto e a necessidade de criar um espaço desportivo realmente coerente e bem integrado com o novo *Skate Park*, potenciando todo aquele eixo urbano. -----

----- Deixou assim, o seu apelo para que este seja o próximo investimento prioritário com o intuito de melhorar os equipamentos desportivos do concelho e garantir que todos, jovens, atletas e associações tenham as condições que merecem.-----

----- Relativamente a este assunto, o **presidente da Câmara** informou que apresentaram uma proposta para requalificar o *skate park*, pensa que há cerca de 3 anos, quando estavam no

anterior Executivo. -----

----- Concorda que é necessário recuperar o ringue polidesportivo e vão avançar, embora não esteja em condições de dizer neste momento quando, lembrando que na próxima sessão da Assembleia Municipal, todos terão conhecimento do orçamento de 2026 e em devido tempo informará qual o prazo da intervenção extremamente necessária, como a deputada disse e bem. -

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**NOVO HOSPITAL DO OESTE:** -----

----- O *deputado municipal Carlos Filipe*, lembrou que há mais de 2 décadas, que o tema do Novo Hospital do Oeste, tem sido motivo de debates e decisões adiadas e que no Orçamento de Estado para 2025 foi atribuída uma verba de 265 milhões de euros para a sua construção, sendo inicialmente prevista a sua localização na vila do Bombarral, mas, após esta decisão surgiram várias contradições, com o local ideal para o hospital, ficando a autarquia de Torres Vedras em silêncio face ao impasse.-----

----- Fez notar que é chegado o momento de agir e defender com firmeza a candidatura de Torres Vedras para acolher o Novo Hospital do Oeste. O concelho apresenta argumentos sólidos, é o mais populoso da região, lidera em produção agrícola, vinícola e hortícola e dispõe das melhores condições económicas/financeiras e estruturais para receber uma infraestrutura desta importância, pelo que a indefinição atual só contribui para atrasar a resolução de uma necessidade premente, apesar das diversas posições políticas em jogo.-----

----- Assinalou que está previsto que o novo hospital disponha de mais 500 camas, abrangendo várias especialidades médicas e cerca de 95% das valências necessárias à região do Oeste e esta infraestrutura seria fundamental para responder às necessidades da população local e regional. -----

----- Deu nota ainda que o processo se encontra atualmente bloqueado, resultado das decisões políticas e promessas não cumpridas, nomeadamente por parte da ministra Ana Paula Martins, o que gerou um vazio difícil de compreender para os cidadãos, pelo que é fundamental que a nova liderança autárquica, tome uma posição assertiva avançando com um projeto concreto para defender os interesses dos habitantes de Torres Vedras e de toda a região do Oeste. -----

----- O **presidente da Câmara** fez notar que não podiam ser mais claros do que foram, e mantêm a posição que sempre tiveram, ou seja, defendem o estudo apresentado pela OesteCIM, que em termos de localização em 1.º lugar deu Bombarral e em 2.º Torres Vedras, e, portanto, desde que seja no nó da A8, e de fácil acessibilidade, cá estarão para subscrever. Frisou que o deputado nunca viu o UTV mudar de posição, e que esta posição se manterá sempre. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE A-DOS-CUNHADOS:**-----

----- O *presidente de junta de freguesia de A-dos-Cunhados*, **Sérgio Ferreira**, tomou a palavra dizendo que vinha acabar com o “ruído” que, desde a tomada de posse, existe sobre a freguesia que preside. -----

----- Assim, porque é factual que não querem viver do passado, caminham para o presente e para o futuro, queria deixar bem claro que existe uma dívida na freguesia, decorrente de falta de liquidez para pagar vencimentos e subsídios no dia 25 do mês passado, para o qual receberam prontamente apoio do executivo, a quem aproveitou para agradecer, uma dívida de € 200.000,00 à segurança social e de € 20.000,00 às finanças de uma associação de melhoramentos, cujo edifício está hipotecado, e cerca de € 340.000,00 a fornecedores, sendo 90% desse valor despendido desde o dia 1 de agosto até à data. -----

----- Tinham cerca de € 7.000,00 de liquidez em conta bancária, a DGAL transferiu cerca de € 40.000,00, e existem cerca de € 92.000,00 a serem transferidos através dos respetivos contratos interadministrativos de delegação de competências ainda do executivo anterior, ou seja, um diferencial de cerca de meio milhão de euros. -----

----- Reforçou que a dívida foi já assumida pela Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, deixando a Junta de Freguesia da Maceira começar o mandato sem dívidas. Vão assim, com o apoio do Executivo Municipal resolver esta situação, pois é para isso que foram eleitos, já tendo dado a conhecer à Assembleia da Freguesia de A-dos-Cunhados esta tomada de posição. -----

----- O *deputado municipal* **Carlos Miguel** interveio no sentido de publicamente dizer que o PS lamenta profundamente a situação financeira relatada, para além de lamentar também que infelizmente esta não é uma situação única, *sui generis*, no historial recente do município de Torres Vedras. -----

----- De qualquer forma, o PS estará ao lado do presidente da câmara e da vereação no encontro de soluções para a resolução deste problema e farão o melhor possível para que tudo se ultrapasse, como sempre se ultrapassou no passado, com lisura e saúde financeira futura, para esta e para as outras autarquias. -----

----- O **presidente da Câmara**, agradeceu esta intervenção de solidariedade para com a junta de A-dos-Cunhados e para com a Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DA PONTE DO ROL:**-----

----- O *autarca* **Pedro Vaza** começou por desejar a todos um bom mandato, se possível melhor, dentro do que os conduz neste plenário, que é tentar fazer o melhor perante o eleitorado. -----

----- Nesta sua primeira intervenção, disse que não podia deixar de elogiar a iluminação natalícia de Torres Vedras, que está bem agradável, mas podem sempre melhorar alguma coisa embora lhe pareça que já começou a melhorar. -----

----- Lembrou que andou muito tempo a solicitar que igrejas matrizes de todo o concelho fossem iluminadas, o que nunca conseguiu, mas desta vez, pelo menos já receberam um apoio, e parece-lhe que está a ser produzido trabalho no sentido de conseguirem iluminar todas as igrejas matrizes do concelho de uma forma mais homogénea e mais bonita.-----

----- Abordou também as acessibilidades da EN9, uma estrada com 20 mil carros diários, e 1000 camiões, onde pouco se tem feito, e têm poucas soluções. Sabe que é uma via da responsabilidade da I.P., mas se fossem por esse caminho a Ponte do Rol não tinha nenhum passeio, pois todos os passeios que existem nesta freguesia, não foram construídos pela IP, ou seja, é viável, mas é necessário terem essa vontade, lembrando que a S. Gião só se vai de carro, e sem ser de carro, não é fácil.-----

----- Manifestou o desejo de que as freguesias se unissem, que fizessem reuniões, que falassem numa só voz, que todos soubessem de todos, abertamente, e embora não esteja legitimado para falar pelos outros, é esse o seu desejo.-----

----- Por último referiu-se ao rio Sizandro, dando nota que no dia anterior tiveram água juntinho às casas até às 03h/04h, da manhã, e não é normal, ou seja, sabem perfeitamente o andar do rio, e desta vez, isso não aconteceu. Não sabe a razão, mas sabe que têm que pensar no assunto, tem que fazer alguma coisa, nomeadamente a nível da limpeza do rio que está horrível, têm que saber que se há gente a fazer algumas coisas no rio, se há um limpo e outro que não, porque as primeiras habitações que poderão ser afetadas são mesmo na Ponte do Rol.-----

----- Explicou ainda que há 3 semanas atrás, houve um alagamento, e o rio correu de uma maneira, ou seja, quando despejou em determinado local, passado uns tempos na baixa da Ponte do Rol já não tinha água, mas desta vez o alagamento foi diferente, baixou em determinados sítios e na Ponte do Rol não baixou, e estão a falar de 3 semanas de diferença.-----

----- Em relação às luzes de natal, **o presidente da Câmara** informou que o processo estava a decorrer, o mérito não é só deste executivo, mas este executivo apoiou as juntas de freguesia com alguma verba para poderem fazer mais algumas iluminações.-----

----- Assegurou que o autarca já sabe sobre as acessibilidades, e estão disponíveis para poder intervir mesmo sabendo que é de gestão da Infraestruturas de Portugal.-----

----- No tocante ao rio Sizandro, pediu autorização, que foi aceite, para ser o sr. vereador Diogo Guia, que tem o pelouro da proteção civil a falar do assunto, pois está a acompanhar o processo e irá explicar o que estão a fazer e o que será feito.-----

----- O *sr. vereador* **Diogo Guia** começou por cumprimentar todos os eleitos, quer os presentes, quer os pretéritos pelo serviço à comunidade e que os honra muito poder servir a comunidade neste mandato, desejando a todos os melhores sucessos.-----

----- Lembrou que se diz que um casamento molhado é abençoado, este mandato será certamente

abençoado porque foi bastante molhado, uma vez que, tiveram logo após a tomada de posse, o temporal “Cláudia” com uma inundação muito acentuada na cidade, pois choveu numa 1 hora mais do que chove normalmente num mês e houve, de facto, problemas sérios de alagamento na cidade, nomeadamente, junto à escola de S. Gonçalo, que se deveram às razões que foram anunciadas pelo senhor presidente da Junta de freguesia da Ponte do Rol, com quem estive no dia anterior à noite, e também durante o temporal.-----

----- Fez notar que, no dia anterior à noite teve oportunidade de constatar no terreno, através de uma visita exaustiva ao longo de todo o curso do rio desde Torres Vedras, passando pela Ribeira de Pedrulhos e Ponte do Rol até ao Aranha, com o comandante dos bombeiros e com a equipa de sapadores, as razões, à vista, empíricas, para o que se está a passar. -----

----- Prosseguiu frisando que tinham toda a consciência, porque a experiência da tempestade “Cláudia” lhes demonstrou, que o alagamento tinha uma causa direta, portanto, havia um entupimento, um assoreamento muito grande junto à escola São Gonçalo, nomeadamente junto ao Centro de Diálise, onde uma ponte estava basicamente tapada e o facto de se ter resolvido isto imediatamente após a tempestade, permitiu que esse cenário não ocorresse na cidade, desta vez, embora tendo chovido violentamente. -----

----- Informou ainda que a medida que tomaram, foi hoje mesmo solicitar ao presidente da câmara que considerasse urgente no orçamento para o próximo ano, capacitar uma equipa que já constituíram, composta por técnicos especialistas nas vias de água da Proteção Civil, nomeadamente ao nível da geologia, pois o problema é obviamente que não se faz limpeza nos rios há sensivelmente entre 7 a 10 anos, em locais que, à vista, se percebe que estão entupidos. -

----- Mais informou que o que se passou, nomeadamente no Soito, onde houve inclusivamente carros parados, não é de todo normal e ocorreu também porque houve uma maré cheia às 18h, mas não tem uma resposta evidente, tê-la-á brevemente, porque está constituída uma equipa de trabalho reduzida, mas de especialistas. -----

----- Aproveitou para advertir a população, porque essa é a principal missão do executivo, ou seja, informar os cidadãos, que ainda estão no quadro de uma depressão anormal em Portugal e, neste momento, preveem-se para as noites dos dias 12, 16 e 19, que possam ocorrer inundações especialmente no dia 19, convidando os automobilistas e as pessoas que circulam na cidade, a redobram a sua prudência. -----

----- Deixou também a nota aos presidentes de junta, que estão disponíveis, a toda a hora para acudir e uma nota final de grande confiança relativamente à equipa da Proteção Civil que faz a análise da situação dos rios, e que precisam trabalhar também com os proprietários dos terrenos.

----- Nesta altura, o *deputado Municipal, **Hugo Lucas***, fazendo uso do art.º 46.º do regimento pediu a palavra para interpelar a Mesa fazendo notar que o vereador Digo Guia disse que há 7

anos, não era feita limpeza, e como até há 4 anos atrás tinha essa responsabilidade no município pode testemunhar que existia um plano que pensa que ainda existe, respeitante ao facto de haver linhas de água que eram limpas todos os anos, linhas de água que eram limpas de 2 em 2 anos, e linhas de água que eram limpas 3 em 3 anos.-----

----- Não pode falar de há 4 anos a esta parte, mas pode garantir que esse plano era cumprido.---

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DO TURCIFAL:** -----

----- O autarca **Francisco Martins** disse que veio dar nota que está a decorrer na junta de freguesia que preside, por denuncia anónima, uma inspeção feita pela IGF, referente a alguns procedimentos do ano 2024. Neste sentido, foi respondido pelo atual executivo, com base em toda a documentação existente, que não existe qualquer procedimento de contratação pública. -----

----- O **presidente da Câmara** agradeceu a nota. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**MARCA TORRES VEDRAS:** -----

----- O *deputado municipal* **Carlos Filipe** fez notar que desde 23/3/2024, data da apresentação da Marca Torres Vedras, não observaram desenvolvimento significativo na estratégia, tanto ao nível do plano de ação, como na implementação, e que Filipe Roquette responsável pelo estudo mencionou intenção de associar os valores à região, no entanto tais medidas ainda não foram executadas. -----

----- O partido CHEGA considera fundamental que a Marca Torres Vedras se aproxime mais da população, das tradições e das raízes locais, e nesse sentido questionam sobre as ações previstas para fortalecer e expandir a dimensão da Marca Torres Vedras. -----

----- Por último salientou a importância que todos os partidos com assento na Assembleia Municipal, participem no Conselho Consultivo Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**ESTRADA NACIONAL 361:** -----

----- O *presidente de junta de freguesia da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça* **José Damas Antunes**, interveio no sentido de chamar a atenção para uma situação que tem vindo a ser recorrente, e aconteceu mais uma vez na presente semana, na via em título, referindo-se a mais um despiste de um camião, que ocorre porque quando dois veículos se cruzam, vão à berma que não tem proteção. -----

----- Reforçou que esta situação já foi transmitida à câmara municipal. -----

----- O **presidente da Câmara** disse ter conhecimento que há muitos acidentes naquela estrada nacional, assegurando ao autarca que pode contar com o executivo para propor o alargamento da estrada, porque é evidente que é necessário e estão na linha da frente para o ajudar neste

processo.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**1 - PROPOSTA N.º 34/CM/2025 - EMISSÃO DE PARECER ACERCA DA ELEVAÇÃO DA POVOAÇÃO DA SILVEIRA À CATEGORIA DE VILA:**-----

----- Presente e-mail da Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, de 24/10/2025 a solicitar a emissão de parecer escrito acerca do P.J.L n.º 216 /XVII/1.ª (PSD) sobre o assunto em título. -----

----- **A presidente da Mesa** lembrou que já tinham conhecimento através de documento que foi lido na correspondência, da aprovação do projeto lei em causa pelo Executivo Municipal, e colocou o assunto à consideração do plenário para quem se quisesse pronunciar. -----

----- O *Presidente de Junta de Freguesia da Silveira*, **Mário Gomes** pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção: -----

----- “É com grande sentido de responsabilidade e orgulho que tomamos hoje posição sobre a Proposta n.º 34/CM/2025, referente à elevação da povoação da Silveira à categoria de Vila. Este é um momento simbólico e de enorme relevância para a nossa comunidade, pois representa o reconhecimento formal da história, do crescimento e da importância que a Silveira conquistou ao longo das últimas décadas.-----

----- Importa desde já sublinhar que este ponto surge da vontade expressa do povo da Silveira, vontade esta amplamente manifestada ao longo dos últimos anos e assumida publicamente pelo anterior presidente de junta, Luís Pedro Silva, em reunião da Câmara Municipal, onde defendeu esta aspiração coletiva. Essa mesma vontade foi respeitosamente acolhida e traduzida em ação no plano legislativo através do Projeto de Lei n.º 216/XVII/1.ª, apresentado pelo deputado Marco Claudino, que teve a sensibilidade e o compromisso de dar forma institucional a este anseio justo e sentido da população da Silveira.-----

----- A elevação a Vila não é apenas um título honorífico. E, acima de tudo, o reflexo de um desenvolvimento sustentado, da consolidação de um tecido social coeso e de uma economia local dinâmica. A Silveira dispõe, hoje, dos equipamentos e infraestruturas que correspondem plenamente aos critérios definidos na Lei n.º 11/82, de 2/06, designadamente escolas, centro de saúde, equipamentos sociais e culturais, espaços desportivos, comércio diversificado e serviços públicos que servem diariamente a população. -----

----- Mas para além dos requisitos legais, há um fator que merece destaque: a identidade e o espírito de comunidade. A Silveira é uma freguesia onde se sente o orgulho local, onde se preservam tradições, onde o associativismo continua vivo e onde há um claro compromisso coletivo com o futuro. Esta elevação tem, portanto, um valor simbólico profundo - é o reconhecimento da força das pessoas da Silveira e da visão de desenvolvimento que tem vindo a ser construída, geração após geração.-----

----- A aprovação deste parecer favorável será, assim, uma forma de afirmar a maturidade da Silveira e de projetar o seu nome no mapa nacional com a dignidade que a sua história e o seu presente justificam. Com esta decisão, abrimos também novas oportunidades de valorização territorial, promoção do nosso património humano, cultural e natural e reforço da representação da Silveira no contexto municipal e regional.-----

----- Antes de concluir, não posso deixar de expressar um sincero agradecimento ao deputado Marco Claudino pela atenção e dedicação demonstradas a esta causa e ao anterior executivo da Junta de Freguesia, liderado por Luís Pedro Silva, pelo trabalho que desenvolveu e pela continuidade institucional que manteve viva esta aspiração. Este processo é o resultado de um esforço coletivo que atravessa mandatos e que reflete o verdadeiro espírito de serviço público em prol da Silveira.-----

----- Permitam-me ainda sublinhar uma nota de especial significado: propomos que a cerimónia de elevação da Silveira a Vila tenha lugar no dia 28 de setembro, data em que se assinala o centenário da nossa freguesia. Esta coincidência confere a este ato um simbolismo acrescido, ligando a história de 100 anos de freguesia ao novo ciclo que hoje ambicionamos iniciar como Vila.

----- Por tudo isto, apelo ao voto favorável desta proposta, confiando que todos partilhamos o sentimento de orgulho e de responsabilidade por este passo marcante. A elevação da Silveira a Vila é um motivo de legítima satisfação para todos os que aqui vivem e se identificam com esta terra.”-----

----- Pediu de seguida a palavra a *deputada Municipal Paula Lopes* que disse o seguinte:-----

----- A freguesia da Silveira, situada a 12 quilómetros de Torres Vedras no litoral do concelho, integra várias localidades, destacando-se a própria Silveira, Casalinhos de Alfaiata, e parte da área costeira de Santa Cruz, bem como outras zonas residenciais que em conjunto formam um território diverso, e dinâmico.-----

----- Ao longo das últimas décadas, a Silveira tem evidenciado um crescimento sustentado, quer a nível populacional quer é ao nível económico e social, assumindo uma centralidade cada vez mais relevante na dinâmica do concelho e o seu desenvolvimento habitacional, a fixação de famílias e a vitalidade do tecido económico demonstram que a localidade adquiriu uma função divulgadora que ultrapassa o mero estatuto de freguesia rural, afirmando-se como um verdadeiro núcleo urbano com identidade própria.-----

----- No que respeita a serviços públicos, a freguesia dispõe de centros de saúde, farmácias, escolas, serviços administrativos, garantindo respostas adequadas às necessidades da população. O comércio local é ativo diversificado, com existência de inúmeras pequenas empresas familiares, mas que asseguram a vitalidade económica e o emprego e a oferta cultural e de lazer encontram-se bem estruturadas com associações culturais, centros de atividades

comunitários para a realização de eventos locais que promovem a participação dos cidadãos e fortalecem a coesão territorial.-----

----- No plano desportivo, a freguesia dispõe de uma serie de infraestruturas que criam condições para a prática da atividade física. A nível de infraestruturas e acesso evidencio o elevado nível de desenvolvimento e transportes públicos regulares e ligações eficientes, e estradas nacionais, assegurando mobilidade e qualidade de vida para os moradores e visitantes.-----

----- Quanto a Santa Cruz, é um dos maiores ativos da freguesia da Silveira apesar de parte do território ser dividido com outra freguesia. Santa Cruz funciona como um polo costeiro e turístico, oferecendo uma identidade atlântica distinta que complementa a vertente mais rural e urbana da própria Silveira. -----

----- Santa Cruz é reconhecido pela sua beleza natural, constituindo um cartão postal da região Oeste.-----

----- Para além do valor paisagístico Santa Cruz também possuiu uma infraestrutura turística consolidado que atrai visitantes durante todo o ano, mas com especial intensidade na época balnear. Este dinamismo turístico não só gera emprego e vitalidade económica local como também valoriza o património imobiliário de toda a freguesia. -----

----- A importância de Santa Cruz reside na sua capacidade de aliar a preservação ambiental e um desenvolvimento turístico sustentado. -----

----- A elevação de Silveira para a categoria de vila representa assim o reconhecimento formal de um território que alia tradição, dinamismo económico, diversidade territorial e qualidade de vida, em face ao exposto o CHEGA manifesta o parecer positivo da elevação da freguesia da Silveira a vila, convictos que esta medida será um marco significativo para a consolidação da comunidade e para o fortalecimento do território que representa.” -----

----- O *deputado municipal* **Artur Narciso**, iniciou a sua intervenção desejando muitas felicidades e sucesso, nestes próximos 4 anos, houve de facto uma mudança, o PS está de facto na oposição, provaram que sabem trabalhar e trabalharam durante 49 anos e na oposição continuarão a trabalhar. -----

----- Depois disse que vinha falar do momento que vivem e transcende as habituais divisões políticas. É um momento de celebração do território torriense que é a Silveira. -----

----- Frisou que o PS, traz a esta tribuna o seu parecer favorável incondicional à elevação de Silveira, à categoria de Vila, que não é uma decisão política ou de um mero por favor, mas um reconhecimento solene de um percurso exemplar.-----

----- Continuou dando nota que o estatuto de Vila é um prémio conquistado com o suor e a visão dos seus líderes e das suas gentes e a Silveira cumpre a Lei n.º 24/2024 com distinção. Os seus 3.000 eleitores em aglomerado contínuo e a plenitude dos seus serviços, são a prova de uma

estratégia de desenvolvimento sustentado. -----

----- Reforçou que é imperativo honrar aqui o legado dos autarcas anteriores, de todas as cores políticas e que com um planeamento rigoroso e persistente, cívico semearam as infraestruturas que hoje permite estarem a discutir este diploma. Eles são os verdadeiros artífices desta candidatura, garantindo as escolas, a saúde, os espaços de cultura e desporto que dão alma a esta terra. -----

----- O voto da Assembleia Municipal é a consagração deste legado, contudo, o mérito Silveira não pode ser manchado, pela precipitação política, reconhecem e dão louvor à iniciativa nobre do então presidente de junta, Luís Pedro Silva, que soube interpretar a ambição do seu povo que é merecida. -----

----- Lamentam, no entanto, que o deputado Marco Claudino do PSD, tenha optado por avançar de forma solitária, aproveitando a iniciativa do presidente da Junta para apresentar um projeto-lei na Assembleia da República sem aguardar a legítima deliberação desta Assembleia municipal. A elevação a vila deve ser um ato de unidade concelhia e não palco para protagonismos individuais ou para táticas partidárias que desrespeitam o processo democrático local. -----

----- Terminou dizendo que PS está aqui para ganhar e acima de tudo, para servir a população. A sua posição é firme, o seu voto é pela Silveira. -----

----- Por sua vez e em relação ao tema o *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** salientou que o presidente de junta Mário Gomes, já evidenciou as características, as qualidades e as virtualidades da Freguesia da Silveira, obviamente que é um continuo, não apenas derivado de quem momentaneamente está a servir a causa pública na junta de freguesia, mas da dinâmica populacional, das tendências, da proximidade do mar, ou seja, um conjunto de fatores. -----

----- De qualquer forma, esta intervenção do colega Artur Narciso fez-lhe ainda ter mais razão naquilo que queria falar. -----

----- Nesse propósito alertou que não é uma questão partidária, é uma questão de lei. Os presidentes de junta podem ter as ideias, mas depois quem consubstancia na Assembleia da República são os deputados, fazendo um historial de vários projetos lei (Campelos e Turcifal) apresentados por deputados do PSD. -----

----- Anotou que o que o deputado da Assembleia da República Marco Claudino fez não é mais nada do que toda uma tradição dos deputados de Torres Vedras e do Oeste, ao contrário dos deputados que foram eleitos pelo PS, de quem não viu nenhuma iniciativa em momento nenhum, portanto, não vale a pena avocar questões de partidarite e apenas e só neste caso da Silveira, consubstanciar, materializar e, atualizar uma situação que é de agora e que é importante, que é a Silveira passar Vila, sendo isso que os Unidos por Torres Vedras pensam e portanto, não vale a pena partidarizar, esta é a realidade, esta é a história. -----

----- Não se registou mais nenhuma intervenção, passando-se de imediato à votação. -----

----- A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável sobre o P.J.L. n.º 216 /XVII/1.ª (PSD) - Elevação da povoação da Silveira à categoria de Vila.-----

**2 - PROPOSTA N.º 35/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO MUNICIPAL DA MARCA DE TORRES VEDRAS;**-----

----- Presente ofício número 4760, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 9/10/2025, a remeter de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 07/10/2025, a proposta de regulamento em título, tendo presente a competência da assembleia municipal prevista na alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação. -----

----- Sobre o assunto em análise a **presidente da Mesa**, leu um requerimento que tinha sido entregue à mesa e que se transcreve, na íntegra:-----

----- “O Grupo Municipal (Unidos Por Torres Vedras” e o Grupo Municipal do Partido Socialista, vêm, relativamente ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, nos termos do art.º 49.º do Regimento da Assembleia Municipal de Torres Vedras, requerer a V. Ex.a que a proposta de regulamento do Conselho Consultivo Municipal da Marca de Torres seja retirada da Ordem de Trabalhos e devolvida à Câmara Municipal para reanálise, ponderação do teor do art.º 5.º, sob a epígrafe “Composição”, ínsito no Cap. II, denominado “Composição do C.C.M.T.V.”, por potencial risco de operacionalidade, atento o número de entidades públicas e privadas que o poderão integrar - vide, desde logo, alínea b) do n.º 2 - bem assim como do disposto nos art.º 18.º, sob a epígrafe “Composição de mesa do C.C.M.T.V.” e art.º 19.º, sob a epígrafe “Competência do presidente e da mesa do C.C.M.T.V.”, por eventual confusão/sobreposição de funções, voltando, de seguida, a esta Assembleia, para apreciação e votação.” -----

----- Nesta sequência deu palavra ao **presidente da Câmara**, que referenciou que este é um regulamento aprovado no mandato anterior, mas havendo uma recomendação da Assembleia, não lhe suscita qualquer problema em baixar à Câmara Municipal para nova análise com estas sugestões e depois voltar à Assembleia Municipal. -----

----- Tomou a palavra o *deputado municipal Carlos Miguel* para dizer que da parte do PS e dos Unidos, a proposta não revela qualquer desrespeito pela decisão da Câmara Municipal, uma vez que na análise que fizeram, o “conselho” que é previsto torna-se inoperacional pelo número de entidades envolvidas, nomeadamente num setor que é difícil de determinar quantas são e daí aquilo que pretendem é ter um conselho que seja mais contido e nessa contenção seja mais funcional. -----

----- Em complemento a esta intervenção, o *deputado municipal Jorge Santos*, salientou o facto

de, tal como noutros pontos da ordem de trabalhos e num espírito de louvável colaboração, terem conseguido estabelecer pontes de entendimento e este entendimento vem refletido neste requerimento, que não é, bem pelo contrário, qualquer sinal de desrespeito, mas um manifesto sinal de respeito e de confiabilidade no bom senso por parte do executivo, porquanto este diploma foi aprovado a 5 dias das anteriores eleições e, obviamente, havia outro tipo de preocupações e, basta atentar no art.º 5.º que na primeira alínea faz apelo à participação de todas as entidades públicas reconhecidas enquanto tal do concelho e, consultando os anais relativamente a isto, poderiam referir pelo menos 60 a 70 entidades desta ordem. -----

----- Concluiu que daqui resulta claro que há uma manifesta inoperacionalidade deste órgão daí que, após análise do documento, porque consideram que não fale a pena estarem a aprovar coisas que depois não terão nenhuma evidência prática, tomaram esta atitude consensualmente. -

----- Não se registando mais intervenções, a presidente da Mesa colocou a proposta à votação:-----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras deliberou por unanimidade, devolver a proposta de regulamento em título, à Câmara Municipal para reanálise, ponderação do teor do art.º 5.º, sob a epígrafe "Composição", ínsito no Cap. II, denominado "Composição do C.C.M.T.V.", por potencial risco de operacionalidade, atento o número de entidades públicas e privadas que o poderão integrar - vide, desde logo, alínea b) do n.º 2 - bem assim como do disposto nos art.º 18.º, sob a epígrafe "Composição de mesa do C.C.M.T.V.", e art.º 19.º, sob a epígrafe "Competência do presidente e da mesa do C.C.M.T.V.", por eventual confusão/sobreposição de funções, voltando, de seguida, a esta Assembleia, para apreciação e votação. -----

### **3 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES:**-----

#### **3.1 - PROPOSTA N.º 26/AM/2025 - ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL QUE INTEGRARÃO A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO OESTE:**-----

----- Presente ofício circular número 736/2025, de 27/10/2025, a solicitar a eleição dos membros da Assembleia Municipal que integrarão a Assembleia Intermunicipal do Oeste, uma vez que se iniciou um novo mandato dos órgãos autárquicos, para se proceder também à constituição de uma nova Assembleia Intermunicipal, expressa nos n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 83.º da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação. -----

----- Em nota prévia **a presidente da Mesa** referiu que esta eleição é feita através de lista e que cada lista tem de ter pelo menos um suplente e que os mandatos seriam atribuídos segundo o sistema de representação proporcional do método de Hondt, em cumprimento do n.º 3 do art.º 83 da Lei n.º 75/2013, após votação por escrutínio secreto. -----

----- Deu de seguida nota da metodologia a seguir, que se aplicaria a todas as votações do ponto 3 e solicitou que fossem entregues na mesa propostas para o efeito, uma vez que apenas tinha a dos Unidos por Torres Vedras. -----

----- O *deputado municipal Carlos Miguel* pediu a palavra, anunciando que nada tinha contra a metodologia, mas como iriam ter mais que uma proposta para cada um dos conselhos, solicitou que fosse dado aos proponentes por cada um dos conselhos um ou dois minutos para apresentar e justificar a mesma, que por alguma razão podiam ter influência no voto. -----

----- A **presidente da Mesa** salientou o facto de estarem a falar de nomeações, que não justifica estarem a ser justificadas, e foi assim que tinha ficado decidido no dia anterior em reunião de líderes, onde tentaram chegar a consenso entre as partes, e não foi possível, portanto ficou definido claramente que o processo seria este hoje, seriam lidas as propostas, e não vê necessidade para mais. -----

----- Insistindo o *deputado municipal Carlos Miguel* alertou que a situação se modificou após a reunião de líderes, como a Presidente da Mesa sabe, e por isso, de um cenário em terem só uma proposta conjunta ou não conjunta para cada uma das comissões, passaram a ter um cenário em que vai haver 2 propostas para cada uma das comissões, achando que no mínimo podiam justificar a razão de apresentar esta ou aquela proposta. -----

----- Se não for esse o entendimento, entregarão as propostas, mas lamentam porque se calhar há alguma hipótese de consenso, numa ou noutra proposta. -----

----- Por sua vez o *deputado municipal Jorge Santos* interveio para reiterar a posição defendida pelo deputado Carlos Miguel, possibilitando que, pelo menos haja uma apreciação global no sentido de se defenderem as propostas que são apresentadas, pensando que isto permitiria responder provavelmente aos anseios manifestados pelo deputado, e não é com certeza por um minuto ou dois em cada alínea que os trabalhos se vão atrasar. -----

----- A **presidente da Mesa** disse lamentar a posição dos dois deputados, tendo em conta que ontem foi esse consenso que pediu, que não foi possível e hoje pelos vistos, até à hora que vão iniciar a votação deste ponto, não foi ainda possível. Lamentou que achem que este é um momento certo para a democracia funcionar. -----

----- Assim, disse que os grupos municipais que apresentem propostas, podem justificar as nomeações, preferindo que fosse feito de forma conjunta e depois passariam à votação uma a uma e deu a palavra ao *deputado municipal Carlos Miguel* para o efeito: -----

----- O deputado lembrou que a presidente da Assembleia, solicitou aos líderes partidários que pudessem chegar a consenso, e o PS levou esse convite de forma séria, tentando chegar a listas conjuntas nos pontos 3.1, 3.2, e 3.4, mas tal não foi possível, e daí que apresentam propostas separadas a cada uma das comissões. -----

----- Deu nota ainda que o PS está aberto para em algumas das comissões, nomeadamente aquelas que tem mais do que um presidente de junta, e dada a sua representatividade, ainda apresentar lista conjunta ou a fundir propostas numa só. -----

----- Por último deu nota que no mandato anterior, neste mesmo ponto foi apresentada uma lista conjunta por iniciativa do PS, na qual havia 4 pessoas do PS e dois do PSD que foi aprovada pela Assembleia Municipal. -----

----- Em resposta relativamente ao ponto 3.1, o *deputado municipal Jorge Santos* explicou que, com efeito, houve uma proposta para apresentação de listas conjuntas entre o Grupo Municipal dos Unidos por Torres Vedras e PS, mas que depois de terem ponderado, decidiram não aceitar, mas a prova de que estão recetivos e disponíveis para colaborar, quando entendem que o interesse do município e dos cidadãos do concelho ganham alguma coisa com isso, é que no dia anterior em sede de Comissão Permanente Líderes, tal não aconteceu, mas hoje no período da manhã, conseguiram fazer uma moção conjunta para a o Novo Hospital do Oeste, e também deixaram em aberto, relativamente à Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, para a qual indicaram apenas e só um membro, porque havia um pré-anúncio que haveria a possibilidade de fazerem a apresentação de uma lista conjunta. -----

----- Estando o plenário devidamente esclarecido a **Presidente da Mesa** prosseguiu anunciando que para esta eleição foram entregues listas do Unidos por Torres Vedras (A) e do PS (B): -----

----- Assim as listas submetidas a votação foram as seguintes: -----

----- **Lista A:** -----

----- Efetivos: -----

----- 1-Jorge Carlos Ferreira dos Santos -----

----- 2-Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo -----

----- 3-Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes -----

----- 4-Andreia Filipa Alves Caldas -----

----- 5-Ilídio Paulo Antunes Santos -----

----- 6-Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida -----

----- Suplente: -----

----- 7-Herculano Manuel Cosme Raposo.” -----

----- **Lista B:** -----

----- Efetivos: -----

----- 1 - Rui José Prudêncio -----

----- 2 - Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas -----

----- 3 - Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco -----

----- 4 - Artur Alexandre dos Santos Narciso -----

----- 5 – Susana Maria Ribeiro das Neves -----

----- 6 - Maria Leonor Varela Silva Malhado -----

----- Suplente: -----

----- José António do Vale Paulos. -----  
----- Submetidas a votação o resultado foi o seguinte:-----  
----- Lista A – 13 votos. -----  
----- Lista B – 14 votos. -----  
----- Eleitos os deputados municipais: Rui José Prudêncio (PS), Jorge Carlos Ferreira dos Santos (Unidos por Torres Vedras), Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas (PS), Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo (Unidos Por Torres Vedras), Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco (PS), Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes (Unidos por Torres Vedras). -----

**3.2 - PROPOSTA N.º 27/AM/2025 - ELEIÇÃO DE PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA (EFETIVO E SUBSTITUTO) PARA REPRESENTAR A ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:**-----

----- Presente circular n.º 53-AS da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de 15/10/2025 a informar que nos termos do n.º 2 do art.º 6.º dos seus estatutos, compõem o congresso nacional três delegados cada município associado, entre os quais um presidente de junta de freguesia ou seu substituto, ambos eleitos em assembleia municipal, pelo que solicitam que este órgão proceda à sua eleição, tendo em vista a representação das juntas de freguesia deste município no XXVII Congresso da ANMP. -----

----- A **presidente da Mesa** anunciou que para esta eleição foram entregues propostas do Unidos por Torres Vedras (A) e do PS (B):-----

----- Assim as listas submetidas a votação foram as seguintes:-----

----- **Proposta A:** -----

----- “O Grupo Municipal “Unidos por Torres Vedras”, vem, com vista à eleição dos presidentes de junta de freguesia (efetivo e substituto), para representarem a Assembleia Municipal de Torres Vedras no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, indicar os seguintes elementos eleitos na sua lista; a saber: -----

----- a) - Como efetivo: -----

----- Ana Clara Gomes dos Santos - Presidente da Junta de Freguesia de Ventosa; e, -----

----- b) - Como suplente:-----

----- Mário João Ferreira Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Silveira.” -----

----- **Proposta B:** -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Senhora Presidente da Assembleia Municipal a seguinte nomeação referente ao ponto 3.2 da Ordem de Trabalhos.-----

----- Sr. Presidente da Junta de São Pedro da Cadeira - António Alves; da União de Freguesias da Carvoeira e Carmões - Nuno Pinto.” -----

----- Resultado:-----

----- A - 25 votos -----

----- B – 16 votos-----

----- Brancos – 1 voto. -----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras elegeu para representar as juntas de freguesia deste município no XXVII Congresso da ANMP, a Presidente da Junta de Freguesia de Ventosa Ana Clara Gomes dos Santos (efetiva) e o Presidente da Junta de Freguesia de Silveira, Mário João Ferreira Gomes (suplente). -----

**3.3 - PROPOSTA N.º 28/AM/2025 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO CONSULTIVO DA PAISAGEM PROTEGIDA LOCAL DAS SERRAS DA ARCHEIRA E DO SOCORRO:** -----

----- A **presidente da Mesa** informou que decorrente do início do mandato torna-se necessário proceder à nomeação de representantes Assembleia Municipal para as diversas comissões e conselhos (ponto 3.3 ao ponto 3.10) -----

----- Anota-se que nesta altura o *deputado municipal Hugo Lucas* questionou a mesa no sentido de poder justificar os nomes propostos pelo Grupo Municipal do PS, e que tinha a ver com as qualificações que as pessoas têm em relação a cada um dos órgãos onde vão representar a Assembleia Municipal, tendo a **presidente da Mesa** respondido que, certamente qualquer das listas apresentada tinha os seus motivos e não via necessidade de justificar. -----

----- Assim, para integrar o conselho consultivo em título, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 11 do respetivo regulamento, informou que tinham a proposta do Unidos por Torres Vedras (A), e a proposta do PS (B), que apresentou ao plenário e submeteu à votação: -----

----- Proposta A: -----

----- “O Grupo Municipal “Unidos por Torres Vedras”, vem, com vista à eleição de representante da Assembleia Municipal de Torres Vedras, para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida Local das Serras da Archeira e do Socorro, indicar o elemento eleito na sua lista; a saber: -----

----- José Francisco Damas Antunes.” -----

----- Proposta B: -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Senhora Presidente da Assembleia a nomeação referente ao ponto 3.3 da Ordem Trabalhos a Sra. presidente de junta da Dois Portos, Telma Mota.” -----

----- Resultados: -----

----- A – 25 votos-----

----- B – 17 votos-----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras elegeu para representar a Assembleia Municipal no

Conselho Consultivo da Paisagem Protegida das Serras da Archeira e do Socorro, José Francisco Damas Antunes.-----

**3.4 - PROPOSTA N.º 29/AM/2025 - ELEIÇÃO DE ATÉ DOIS REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO PARA INTEGRAREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS:**-----

----- **O presidente da Mesa** deu nota que nos termos da alínea b), n.º 3 do art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, é necessário eleger até dois representantes das freguesias do concelho para a comissão em título, para a qual tinham uma proposta única (A) do Unidos por Torres Vedras e PS que apresentou ao plenário e submeteu à votação:-----

----- Proposta A – José Francisco Damas Antunes e Mário João Rodrigues Matias (efetivos) e Sérgio Alexandre Simoes Ferreira e João de Deus Tomás Elias (suplentes).-----

----- Resultados: -----

----- A – 37 votos -----

----- Brancos – 5 votos -----

----- Eleitos, para representantes das freguesias do concelho para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais como efetivos, José Francisco Damas Antunes, Presidente de Junta da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça e Mário João Rodrigues Matias, Presidente da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo e como suplentes respetivamente, Sérgio Alexandre Simões Ferreira, Presidente de Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados e João de Deus Tomás Elias, Presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal.

**3.5 - PROPOSTA N.º 30/AM/2025 - ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----

----- A presidente da Mesa, informou que para a eleição em título a mesa recebeu duas propostas (A) Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras e (B) Grupo Municipal do PS: -----

----- **Proposta A:** -----

----- “O Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, vem, com vista à eleição do presidente de junta, para integrar a Comissão Municipal da proteção Civil, indicar o elemento eleito na sua lista, a saber: Mário João Ferreira Gomes.” -----

----- Proposta B: -----

----- “O Grupo Municipal do Partido socialista propõe a seguinte nomeação à Senhora Presidente da Assembleia Municipal referente ao ponto 3.5 da ordem de trabalhos: -----

----- O presidente da Junta da União de Freguesias da Carvoeira e Carmões – Nuno Pinto.” -----

----- Após a votação apurou-se o seguinte resultado:-----

----- Proposta A – 22 votos.-----

----- Proposta B – 16 votos-----

----- Brancos – 4 votos. -----

----- A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea i) do art.º n.º 41.º da Lei n.º 27/2006 de 3/07, na redação dada pela Lei n.º 80/2015 de 03/08, elegeu para representar a Assembleia Municipal de Torres Vedras na Comissão Municipal de Proteção Civil, Mário João Ferreira Gomes, Presidente de Junta de Freguesia da Silveira. -----

**3.6 - PROPOSTA N.º 31/AM/2025 - ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:** -----

----- A **presidente da Mesa** disse que conforme determina a alínea d) do art.º 5.º Decreto-Lei n.º 7/2003 compõe o conselho em título, um presidente de junta eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias, para o qual tinha na mesa duas propostas, (A) do Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras e (B) do Grupo Municipal do PS. -----

----- **Proposta A:** -----

----- “O Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, vem, com vista à eleição do presidente de junta, para integrar a Comissão Municipal de Educação, indicar o elemento eleito na sua lista, a saber: -----

----- Dalila do Carmo Miranda de Jesus. -----

----- **Proposta B:** -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a seguinte nomeação à Senhora Presidente da Assembleia Municipal referente ao ponto 3.6 da ordem de trabalhos:” -----

----- O Presidente de Junta da Freiria – Vasco Augusto Bernardes Forcada. -----

----- Após a votação apurou-se o seguinte resultado: -----

----- Proposta A – 24 votos. -----

----- Proposta B – 16 votos -----

----- Brancos – 2 votos. -----

----- A Assembleia Municipal, ao abrigo do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15/01, na sua atual redação, elegeu para representar a Assembleia Municipal de Torres Vedras no Conselho Municipal de Educação, Dalila do Carmo Miranda de Jesus, Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações. -----

**3.7 - PROPOSTA N.º 32/AM/2025 - ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL:** -----

----- A **Presidente da Mesa** deu nota que ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 157 do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 10/08, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 2/2011 de 06/11, integra o conselho um autarca de freguesia a eleger em assembleia municipal e para esse efeito apresentou as propostas recebida, (A) do Grupo Municipal Unidos Por Torres Vedras e (B) do Grupo Municipal do PS, submetendo-as de seguida à votação: -----

----- **Proposta A:** -----

----- “O Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, vem, com vista à eleição do presidente de junta, para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, indicar o elemento eleito na sua lista, a saber”: -----

----- Francisco José Teodoro Martins. -----

----- **Proposta B:** -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a seguinte nomeação à Senhora Presidente da Assembleia Municipal referente ao ponto 3.7 da ordem de trabalhos.” -----

----- O Presidente de Junta da Freiria – Vasco Augusto Bernardes Forcada. -----

----- Resultado: -----

----- A – 22 votos. -----

----- B – 16 votos -----

----- Brancos – 4 votos -----

----- A Assembleia Municipal ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 157 do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 10/08, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 2/2011 de 06/1, elegeu para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, Francisco José Teodoro Martins, Presidente de Junta de freguesia do Turcifal. -----

### **3.8 - PROPOSTA N.º 33/AM/2025 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DE CADA FORÇA POLITICA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE:** -----

----- A presidente da Mesa deu nota que, segundo o regime jurídico que rege esta matéria, fazem parte do conselho em título, um membro da assembleia municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na assembleia municipal, para o qual, auscultados os grupos municipais, recebeu a seguinte **proposta (A)**, que submeteu à votação: -----

----- Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras – Susana Mónica da Silva José. -----

----- Grupo Municipal do PS – Beatriz Silva Pereira. -----

----- Grupo Municipal do CHEGA – Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos. -----

----- Grupo Municipal do PCP – Fernando Manuel Osório Guerra. -----

----- Resultado: -----

----- Proposta A – 42 votos a favor. -----

----- A Assembleia Municipal para os feitos previstos na alínea b) do art.º 4.º da Lei n.º 8/2009 de 18/02, na sua atual redação, elegeu para integrar o Conselho Municipal de Juventude, Susana Mónica da Silva José (Unidos por Torres Vedra), Beatriz Silva Pereira (PS), Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos (CHEGA) e Fernando Manuel Osório Guerra (PCP). -----

### **3.9 - PROPOSTA N.º 34/AM/2025 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO PARA O CONSELHO MUNICIPAL**

**DE SAÚDE:**-----

----- Sobre este conselho a presidente da Mesa, referenciou a alínea c) do n.º 1 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30/01, para esse efeito apresentou as propostas recebida, (A) do Grupo Municipal Unidos Por Torres Vedras e (B) do Grupo Municipal do PS, submetendo-as de seguida à votação:-----

----- **Proposta A:** -----

----- “O Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, vem, com vista à eleição do presidente de junta, para integrar o Conselho Municipal de Saúde, indicar o elemento eleito na sua lista, a saber:

----- Ana Clara Gomes dos Santos.”-----

----- **Proposta B:** -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a seguinte nomeação à Senhora Presidente da Assembleia Municipal referente ao ponto 3.9 da ordem de trabalhos.”-----

----- O Presidente de Junta da Freguesia do Ramalhal – João de Deus Tomás Elias. -----

----- Resultado:-----

----- A – 25 votos.-----

----- B – 15 votos-----

----- Brancos – 2 votos -----

----- A Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30/01, elegeu a Presidente de Junta de Freguesia da Ventosa, Ana Clara Gomes dos Santos, para representar as freguesias do município para o Conselho Municipal de Saúde. -----

**3.10 - PROPOSTA N.º 35/AM/2025 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DE CADA GRUPO MUNICIPAL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA:** -----

----- A **presidente da Mesa** anunciou que, segundo o regulamento deste conselho é necessário designar um deputado municipal de cada grupo político representado no Órgão Deliberativo do Município, e auscultados os grupos municipais, apresentou a **proposta (A)**, que submeteu à votação:-----

----- Grupo Municipal Unidos Por Torres Vedras – Ana Teresa de Carvalho dos Santos -----

----- Grupo Municipal do PS – Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas -----

----- Grupo Municipal do CHEGA – Paula Cristina dos Santos Lopes-----

----- Grupo Municipal do PCP – Fernando Manuel Osório Guerra -----

----- Resultado:-----

----- Proposta A – 42 votos a favor. -----

----- A Assembleia Municipal, para efeitos do art.º 5.º e do art.º 38 do regulamento do Conselho

Municipal de Ação Climática elegeram, Ana Teresa de Carvalho dos Santos (Unidos por Torres Vedras) Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas (PS) Paula Cristina dos Santos Lopes (CHEGA) e Fernando Manuel Osório Guerra (PCP). -----

**4 - PROPOSTA N.º 36/AM/2025 - CONSTITUIÇÃO DE COMISSÕES:** -----

----- A **presidente da Mesa** informou que para este ponto a mesa recebeu duas propostas, uma do Grupo Municipal do PS a apresentar quatro propostas de constituição de comissões municipais, sendo uma eventual e três permanentes, e outra do Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras com oito propostas de criação de comissões permanentes, que se reproduzem na íntegra nesta ata, e seriam votadas separadamente, mas antes deu a palavra ao plenário para se pronunciar:-----

----- Pediu a palavra o *deputado municipal Carlos Miguel* dando nota que o PS apresentou 4 propostas de criação de comissões, uma eventual que tem a ver com o regimento e 3 permanentes, uma subordinada à saúde, outra à mobilidade e outra ao ordenamento do território.

----- Deu nota ainda que fizeram estas propostas, olhando para o trabalho anterior das comissões da Assembleia Municipal, e no entendimento de que comissões que tenham um vasto leque de intervenção têm-se mostrado pouco produtivas, não se veem resultados palpáveis da intervenção deste órgão nesses mesmos temas e por isso na ótica do PS, a proposta foi no sentido de ter comissões mais focadas nos temas e ter a composição que tem sido normal ao longo dos tempos, ou seja, um representante de cada um dos partidos liderada por um presidente.-----

----- Também deu nota que depois da apresentação da proposta do PS, receberam 8 propostas do Unidos Por Torres Vedras, que têm um conceito totalmente diferente que, aceitam e respeitam, ou seja, comissões com um leque de intervenção mais vasto e não têm nada a opor, embora não seja esta a sua filosofia para as comissões da Assembleia Municipal, porém, a proposta é inovadora relativamente aquilo que tem sido o passado da Assembleia Municipal, ao propor que cada força política indique 2 pessoas, ou seja, passam de um elemento de cada força política para dois elementos de cada força política.-----

----- Frisou ainda que, se aceitam as comissões, estas e outras que queiram propor, não aceitam, no sentido de votar qualquer proposta, nomeadamente estas que aumentam a despesa pública do município, ou seja, aumentam o número de membros e aumentando o número de membros, aumenta o valor da despesa e por isso votarão contra as propostas, se o grupo municipal mantiver este propósito de ter 2 elementos em cada comissão, mas se houver uma alteração nesse propósito, com certeza que votarão a favor. -----

----- De seguida apresentou uma sugestão, ou um convite às propostas de coligação, pois todas elas fazem uma proposta de uma periodicidade para as reuniões que vão variando de comissão a comissão e julga que estarem a fixar isso à partida, sem sequer percorrerem o caminho, é obrigar

ou limitar a sua atividade e, por isso, sugerem que se omitisse a periodicidade, e depois quando as comissões funcionarem, elas próprias encontrarão o *timming* melhor para as reuniões sucessivas. -----

----- Indicou que não retiram as propostas do PS, porque têm um conceito diferente, e votarão de forma negativa às propostas do Unidos por Torres Vedras não pelas comissões, mas pelo aumento da despesa, mas havendo uma alteração na proposta, e se em vez de ser 2 ser 1 elemento de cada força política, votarão a favor. -----

----- Por último alertou que mantendo os dois elementos por cada força partidária, o PCP não tem hipótese de cumprir porque só tem um, e por isso, é uma forma de discriminar as forças partidárias presentes no plenário, sem necessidade nenhuma. -----

----- Como reparo lembrou que no último mandato, havia 3 comissões permanentes, e embora o PS tivesse uma ampla maioria, tal qual a coligação tem hoje, 2 delas eram presididas pelo PS e uma delas era presidida pelo PSD, julgando que seria razoável de bom senso e um bom começo que no mínimo o PS pudesse vir a ter 1 ou 2 presidências de comissões, nomeadamente naquelas em que fazem propostas temáticas idênticas às propostas do PSD. Deixou este reparo ao critério do Unidos por Torres Vedras, que é um reparo democrático, com abertura democrática à oposição, já que o PS no poder também deu essa abertura. -----

----- O *deputado municipal Jorge Santos* assentiu que há uma diferença conceptual entre as 2 propostas em confronto, ou seja, por parte do PS, há claramente um apelo ao passado, que, de facto, não é modo de ilustrar aquilo que as comissões podem fazer. Pela sua experiência no mandato anterior, aquilo que evidenciou e teve ensejo de o dizer que no final do exercício destas comissões, ficou um amargo de boca, pois mau grado o esforço feito, designadamente na Comissão Permanente de Saúde, não resultou nenhuma utilidade, porquanto o executivo não chamou a si, não incorporou na sua atividade, nenhum resultado de nenhuma comissão. -----

----- Lembrou também que as comissões de início eram todas presididas pelo PS, e por razões que só os mesmos sabem, acabou por haver uma alteração na presidência de uma delas que se revelou efetivamente necessária e foi a chamado do deputado municipal António João Bastos para presidir à Comissão de Ordenamento do Território. -----

----- Referiu igualmente que não colhe o argumento das contas e se há mais elementos é evidente que há mais despesa, no entanto, esta é uma análise redutora, porque se efetivamente das comissões anteriores não resultou de nenhum efeito útil, qualquer dinheiro tivesse sido gasto foi um dinheiro excessivo. -----

----- Manifestou a disponibilidade do Unidos por Torres Vedras para retirar das propostas a questão da periodicidade, com exceção da Comissão Permanente de Urbanismo, Ordenamento do Território e Habitação e da Comissão Permanente do Orçamento e Finanças, porque essas

têm uma vida “própria”, sendo que esta última vai reunir em 3 momentos distintos ao longo do ano, e a outra, porque provavelmente irá reunir mais vezes do que aquelas evidenciadas na proposta apresentada. -----

----- Relativamente às outras, reforçou que estão disponíveis para retirar essa menção quanto à periodicidade, tal e qual como relativamente à intervenção do pessoal técnico da Câmara ou de outros, conforme se referencia, designadamente na Comissão Permanente de Proteção Civil e Segurança, pois a presença deles, avaliar-se-á e será determinante quando efetivamente for necessário. -----

----- Por último, fez uma breve referencia ao facto de as propostas do PS sofrerem de um vício que é terem sido endereçadas a um órgão que não tem competência para isto, pois regimentalmente deviam ter sido endereçadas à Mesa da Assembleia, e foram dirigidas à senhora presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O *deputado municipal Rui Prudêncio* disse que não era para intervir, mas depois do que ouviu e da desvalorização que o Unidos por Torres Vedras fez da figura da Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, tinha que questionar qual é o papel da presidente da Mesa da Assembleia Municipal, porque tudo é dirigido à presidente da Assembleia Municipal, porque é Presidente da Mesa, portanto, considera uma aberração e considera que é uma justificação do injustificável daquilo que foi aqui dito relativamente às propostas que foram apresentadas. -----

----- De seguida salientou o contrassenso de dizer que as comissões no último mandato não funcionaram, pois a seu ver, problema foi que o executivo não acatou as decisões e, por isso, agora vão pôr mais pessoas nas comissões, que se funcionaram só com um elemento, vão funcionar novamente com um elemento. -----

----- Reafirmou que a questão não reside no problema do funcionamento das comissões, está no acatamento, eventualmente das recomendações que as comissões fariam, quer ao executivo quer a outros órgãos, porque também fizeram recomendações a outras entidades e, portanto, não vê razão para dois elementos, sendo que, como diz o Regimento, os votos dentro das comissões representam os votos na Assembleia Municipal, pelo que, estarem a “encharcar” elementos dentro das comissões, só vê um objetivo que é, de facto, uma questão financeira, e é despesa para o município, e interroga-se o que é que vão deixar de fazer para pagar isto. -----

----- Nesta altura a **presidente da Mesa**, informou o plenário que o valor do orçamento da Assembleia Municipal para o ano de 2026 se mantém igual ao de 2025. -----

----- Por sua vez o *deputado municipal Luís Carlos Lopes*, interveio desde logo para salientar haver uma profunda incongruência no colega Carlos Miguel, digníssimo membro do partido socialista com tudo o que é a nova prática do seu secretário-geral, José Luís Carneiro. Disse ter consigo uma cópia da “Ação Socialista”, que refere que o PS, apresentou uma proposta para em

janeiro, alterar a lei eleitoral para as autarquias e lei de funcionamento das autarquias. -----

----- Assim, o que se pretende nesta visão nova, não é certamente igual ao que foi feito, e por muito que o deputado Rui Prudêncio, diga o contrário, não falam de dinheiro, porque as comissões eram compostas por 7 grupos, dos quais 3 eram grupos individuais, e o PS inclusive na comissão de saúde tinha mais um elemento. -----

----- Assinalou ainda que nesta fase, como o PS pretende uma alteração completa do regime das autarquias, na sua opinião é da Assembleia Municipal que tem que emanar o executivo da câmara, sendo o presidente da Câmara o mais votado, que é o que o PS está a defender, e, portanto, vão ter uma fase intermédia. Daqui a 4 anos, quem fizer parte do órgão deliberativo vai estar a fiscalizar, e estão apenas a colaborar, a fazer massa crítica, espírito cívico, mais nada, não é a questão de votos, não é isso que lhes interessa, interessa é participar. -----

----- Reforçou ainda que ao Unidos por Torres Vedras interessa que todos tenham uma participação em rede, capilaridade, não lhe interessa nada o número de senhas, até porque nisso como já referenciou é “jogo neutro”, nem vale a pena argumentar e o deputado Rui Prudêncio sabe que é verdade. Não há custo adicional nenhum, já fez as contas e, portanto, não vale a pena, o PS estar a ser incongruente. -----

----- Enfatizou ainda que no anterior mandato, o presidente da assembleia municipal José Correia dizia “vota-se assim”, mas nos mandatos anteriores havia 3 momentos em que reuniam com os técnicos, onde lhes apresentavam as contas, para não votarem o orçamento “de cruz” e se o anterior presidente da Assembleia tinha coisas que gostava muito, tinha também uma visão completamente restritiva desta assembleia com o qual não compagina. -----

----- Com estas propostas pretendem que haja pelo menos duas pessoas, que sejam conhecedores dos assuntos, e que os outros membros do órgão possam acompanhar essa visão pormenorizada da situação, portanto, não vão gastar mais dinheiro. -----

----- De novo no uso da palavra o *deputado municipal Carlos Miguel* congratulou-se por o colega Luis Carlos Lopes ler a “Ação Socialista”, que não se lembra de alguma vez ler, mas fica feliz que o tenha feito. Aproveitou para informar que fez parte e continua a fazer parte de um grupo restrito do Partido Socialista que irá fazer essa proposta de alteração à lei das autarquias à Assembleia da República, mas não tem qualquer convicção que seja aprovada por a maioria vigente, e aquilo que se está a passar hoje com as CCDR, um assunto que ainda se falará no futuro, prova que não haverá grande vontade de autonomizar mais o poder local. -----

----- Quanto às contas, o Grupo Municipal do PS não fez contas, pelo que se o colega as tem é um favor que faz a todos, apresentá-las. -----

----- Abordando as palavras do colega Jorge Santos, aconselhou-o a não ler as coisas à letra, porque se a regra for ler o regimento à letra, vão ter problemas no futuro, referindo-se à contagem

de prazos, embora saiba que não é grande prática da Assembleia Municipal respeitar prazos, mas se as coisas estão a mudar, podem mudar para o respeito absolutos dos prazos que estão no regimento, alertando desde já para os prazos que têm para analisar os documentos previsionais, que são contados após a aprovação em reunião do Executivo, não são de propostas de documentos previsionais. -----

----- Assim, deixa este reparo assegurando que o PS não vai arranjar problemas administrativos, a menos que os obriguem a isso e por isso continuarão a apresentar requerimentos dirigidos à Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Disse ainda que o PS não está a regressar ao passado, está a inovar, porque as 3 comissões que existiam anteriormente eram comissões com um âmbito amplo, não eram de um tema só, por isso quem está a regressar ao passado, ou quem não quer a mudança é o Unidos por Torres Vedras, o PS queria avançar, mas respeitam. -----

----- Ainda lembrou que o tema principal de início da campanha eleitoral foram as contas da Câmara Municipal e foi o saldo negativo de 700 mil euros, para questionar se isso hoje já não era importante, e assim ou provam que se gasta menos, ou votam contra. A posição do PS é clara, tudo o que aumente a despesa votarão contra. -----

----- Concluídas as intervenções **a presidente da Mesa**, acrescentou que os documentos previsionais já foram distribuídos a todos, sendo certo que ainda é uma proposta, mas assegurou que no que diz respeito à Assembleia Municipal, o orçamento mantém-se exatamente igual, já considerando eventuais alterações de comissões, porque, o facto de terem tido 7 grupos no passado mandato e este mandato estarem reduzidos 4, ao que acresce o facto de já ter dado nota aos líderes dos grupos municipais que a CPL só iria reunir uma vez por mês, a não ser que seja estritamente necessário, contrariamente ao que aconteceu no mandato anterior, as contas vão ser certas e estão estimadas. -----

----- Relativamente às propostas do Unidos por Torres Vedras manifestou-se concordante com as alterações sugeridas pelo líder da bancada, e mais concretamente quanto à retirada da periodicidade, que deve ser estabelecida entre as partes, quando as comissões forem nomeadas e reunirem, ao invés de estarem a impor periodicidade que pode não ser a correta, mantendo, contudo, as propostas para a Comissão Permanente de Urbanismo, Ordenamento do Território e Habitação, que poderá ter que reunir mais vezes e para Comissão Permanente do Orçamento e Finanças, que tem prazos específicos. -----

----- Encontrando-se o plenário devidamente esclarecido, passou a ler as propostas do PS, que tinham chegado em primeiro lugar, colocando-as de seguida à votação: -----

**PROPOSTAS DO GRUPO MUNICIPAL DO PS:** -----

**Criação da Comissão Eventual para Revisão do Regimento:**-----

----- “Atento o disposto na alinha d) do n.º 1 do artigo 15.º do Regimento desta assembleia, vem o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Torres Vedras, solicitar o agendamento para a próxima sessão deste órgão deliberativo, da proposta de criação de uma Comissão Eventual para Revisão do Regimento desta Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do artigo 24.º do Regimento, a Comissão deverá: -----

----- 1- Ser considerada eventual, esgotando o seu âmbito de intervenção após a deliberação final da Assembleia Municipal; -----

----- 2 - Ser constituída por um elemento efetivo e outro suplente de cada partido político, a indicar pelos respetivos grupos municipais e por um Presidente; -----

----- 3 - A Comissão será presidida pela Presidente Helena Isabel Ribeiro Ferreira Runa;-----

----- Às demais questões aplicar-se-á a lei e o regimento, nomeadamente às deliberações da Comissão aplica-se o disposto nos números 5, 6 e 7 do artigo 22.º. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 25 votos contra, 1 abstenção e 16 votos a favor reprovar a proposta de criação da Comissão Eventual para Revisão do Regimento. -----

----- Anota-se que votaram contra o Grupo Municipal do Unidos por Torres Vedras e do CHEGA, absteve-se Helena Ferreira, e votaram a favor o Grupo Municipal do PS e do PCP. -----

**Criação da Comissão Permanente de Saúde:** -----

----- “Atento o disposto na alinha d) do n.º 1 do artigo 15.º do Regimento desta assembleia, vem o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Torres Vedras, solicitar o agendamento para a próxima sessão deste órgão deliberativo, da proposta de criação de uma Comissão Permanente de Saúde, que terá como âmbito de intervenção, todo e qualquer assunto associado à temática da saúde-----

----- Assim e nos termos do artigo 24.º do Regimento, a Comissão deverá: -----

----- 1 - Ser considerada permanente;-----

----- 2 - Ser constituída por um elemento efetivo e outro suplente de cada partido político, a indicar pelos respetivos Grupos Municipais; pela Presidente da Associação de Farmácias de Portugal; ----

----- 3 - A Comissão será presidida pelo deputado municipal, Rui José Prudêncio. -----

----- Às demais questões aplicar-se-á a Lei e o Regimento, nomeadamente às deliberações da Comissão aplica-se o disposto nos números 5, 6 e 7 do artigo 22.º.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 26 votos contra e 16 votos a favor reprovar a proposta de criação da Comissão Permanente de Saúde. -----

----- Anota-se que votaram contra o Grupo Municipal do Unidos por Torres Vedras e do CHEGA e votaram a favor o Grupo Municipal do PS e do PCP. -----

**Criação da Comissão Permanente de Mobilidade:** -----

----- “Atento o disposto na alinha d) do n.º 1 do artigo 15.º do Regimento desta assembleia, vem o

Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Torres Vedras, solicitar o agendamento para a próxima sessão deste órgão deliberativo, da proposta de criação de uma Comissão Permanente de Mobilidade, que terá como âmbito de intervenção, todo e qualquer assunto associado a estas temáticas. -----

----- Assim e nos termos do artigo 242 do Regimento, a Comissão deverá: -----

----- 1- Ser considerada permanente; -----

----- 2 - Ser constituída por um elemento efetivo e outro suplente de cada partido político, a indicar pelos respetivos Grupos Municipais e um Presidente;-----

----- 3 - Será presidida pelo membro Hugo Gerado Fernandes Pereira Silva Lucas. -----

----- Às demais questões aplicar-se-á a Lei e o Regimento, nomeadamente às deliberações da Comissão aplica-se o disposto nos números 5, 6 e 7 do artigo 22.º.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 26 votos contra e 16 votos a favor reprovando a proposta de criação da Comissão Permanente de Mobilidade: -----

----- Anota-se que votaram contra o Grupo Municipal do Unidos por Torres Vedras e do CHEGA e votaram a favor o Grupo Municipal do PS e do PCP. -----

**Criação da Comissão Permanente de Ordenamento do Território:** -----

----- Atento o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º do Regimento desta assembleia, vem o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Torres Vedras, solicitar o agendamento para a próxima sessão deste órgão deliberativo, da proposta de criação de uma Comissão Permanente de Ordenamento do Território, que terá como âmbito de intervenção, todo e qualquer assunto associado a estas temáticas. -----

----- Assim e nos termos do artigo 24.º do Regimento, a Comissão deverá: -----

----- 1- Ser considerada permanente; -----

----- 2 - Ser constituída por um elemento efetivo e outro suplente de cada partido político, a indicar pelo respetivo grupo municipal e por um Presidente;-----

----- 3 - A Comissão será presidida pelo membro da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Soares Miguel; -----

----- Mais se propõe que, para os efeitos processuais, esta comissão seja considerada como representante da Assembleia Municipal de Torres Vedras, emitindo os pareceres e outros documentos necessários ao acompanhamento dos planos de ordenamento do território, colocando no devido tempo à apreciação ao plenário.-----

----- Às demais questões aplicar-se-á a Lei e o Regimento, nomeadamente às deliberações da Comissão aplica-se o disposto nos números 5, 6 e 7 do artigo 22.º.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 26 votos contra e 16 votos a favor reprovando a proposta de criação da Comissão Permanente de Ordenamento do Território: -----

----- Anota-se que votaram contra o Grupo Municipal do Unidos por Torres Vedras e do CHEGA e votaram a favor o Grupo Municipal do PS e do PCP. -----

**PROPOSTAS DO GRUPO MUNICIPAL UNIDOS POR TORRES VEDRAS:** -----

----- A presidente da Mesa, leu as propostas, mas antes de as colocar à votação, o *deputado municipal* **Fernando Guerra** pediu a palavra, indicando que há uma dúvida que lhe assiste, pois propõe-se que devem ser compostas por 2 membros efetivos, mas o PCP que está representado nesta assembleia só tem um elemento. Considera que é um contrassenso, e cria uma situação desigual para uma força política que está em minoria que deve ser respeitada e não lhe parece correto todas as forças políticas terem dois elementos, menos o PCP que só tem um. -----

----- A **presidente da Mesa** respondeu que o tema já tinha sido abordado nas intervenções iniciais não lhe parecendo que haja muito a acrescentar, questionando se Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras que fez a proposta, queria adicionar alguma coisa. -----

----- Nesta sequência o deputado Municipal **Jorge Santos** fez notar que não podia dizer que lamentava, porque foi uma decisão popular, o povo assim quis que neste escrutínio eleitoral esta força política tivesse apenas só um representante nesta assembleia, não obstante importava não perder de vista que a mesma situação já ocorria anteriormente e não foi por isso que deixaram de ter presença nas comissões. Esta situação, é absolutamente igual àquela que já acontecia, portanto, não há aqui um tratamento desigual, há apenas um circunstancialismo, de facto, que ocorre. -----

----- A **presidente da Mesa**, reforçou que não passaria pela cabeça, estarem a aprovar comissões, que não tivessem todas as forças políticas representadas, e quem tem um, obviamente que se fará representar sempre em todas as comissões e será sempre a mesma pessoa, submetendo à votação as propostas do Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, com as alterações sugeridas pelo seu líder. -----

**Comissão Permanente de Educação, Cultura, Juventude e Associativismo:** -----

----- O Grupo Municipal "Unidos por Torres Vedras", na Assembleia Municipal de Torres Vedras, vem, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 15.º e do n.º 3 do art.º 24.º ambos do Regimento daquele órgão, requerer a V. Exa. se digne proceder ao agendamento, para a próxima sessão, da proposta de constituição de uma Comissão Permanente de Educação, Cultura, Juventude e Associativismo, que terá na sua esfera de atribuições a análise e acompanhamento de políticas e projetos em diferentes domínios/assuntos relacionados com as temáticas que a integram, de molde a habilitar os diversos intervenientes e as forças políticas que integram este órgão, com as informações que lhes permitam entender as opções tomadas. -----

----- Atento o previsto no art.º 24.º do Regimento, desta Assembleia, a Comissão deverá: -----

----- a) Ser considerada permanente; -----

----- b) Ser constituída por dois membros efetivos de cada força política, a indicar pelo respetivo Grupo Municipal -----

----- c) Ser presidida por Luís Carlos Jordão Sousa Lopes e terá ainda como segundo elemento integrante: Andreia Filipa Alves Caldas -----

----- d) Considerar como suplentes de cada um dos membros efetivos, respetivamente: -----

----- João Marcelo Garcia Marques e Sérgio Alexandre Simões Ferreira. -----

----- Mais se informa V. Ex.a que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, apoiada por Técnico da Câmara Municipal, com vista ao bom exercício das suas funções. -----

----- Mais se informa, ainda V. Ex a que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal. -----

----- Todas as demais questões, que se suscitem no decurso das sessões desta Comissão, serão resolvidas, designadamente, mediante o recurso à aplicação das normas legais, em especial as previstas no Regimento desta Assembleia, designadamente no que concerne às deliberações, as previstas no seu art.º 22.º n.ºs 5 a 7.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos a favor e 16 votos contra aprovar a proposta de criação da Comissão Permanente de Educação, Cultura, Juventude e Associativismo, sem os seguintes parágrafos: -----

----- “Mais se informa V. Exa. que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, apoiada por Técnico da Câmara Municipal, com vista ao bom exercício das suas funções. -----

----- Mais se informa, ainda V. Ex a que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal.” -----

----- Anota-se que votaram a favor os grupos municipais dos Unidos por Torres Vedras e do CHEGA e contra os grupos municipais do PS e do PCP. -----

**Comissão Permanente de Economia, Turismo e Empreendedorismo:** -----

----- “O Grupo Municipal "Unidos por Torres Vedras", na Assembleia Municipal de Torres Vedras, vem, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 15.º e do n.º 3 do art.º 24.º ambos do Regimento daquele órgão, requerer a V. Exa. se digne proceder ao agendamento, para a próxima sessão, da proposta de constituição de uma Comissão Permanente de Economia, Turismo e Empreendedorismo, que terá na sua esfera de atribuições a análise de todas as questões relacionadas com as suas diferentes áreas da sua atuação, apresentar propostas, de molde a habilitar os diversos intervenientes e as forças políticas que integram este órgão, com as informações que lhes permitam entender as opções tomadas ou a tomar. -----

----- Atento o previsto no art.º 24.º do Regimento, desta Assembleia, a Comissão deverá: -----

----- a)Ser considerada permanente; -----

----- b)Ser constituída por dois membros efetivos de cada força política, a indicar pelo respetivo Grupo Municipal -----

----- c)Ser presidida por Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida e terá, ainda, como segundo elemento integrante: Ilídio Paulo Antunes Santos.-----

----- d)Considerar como suplentes de qualquer um dos membros efetivos, os que abaixo se apontam: Mário João Ferreira Gomes e Francisco José Teodoro Martins-----

----- Mais se informa V. Ex a que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, apoiada por Técnico da Câmara Municipal, com vista ao bom exercício das suas funções. -----

----- Mais se informa, ainda V. Exa. que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal ----- .

----- Todas as demais questões, que se suscitem no decurso das sessões desta Comissão, serão resolvidas, designadamente, mediante o recurso à aplicação das normas legais, em especial as previstas no Regimento desta Assembleia, designadamente no que concerne às deliberações, as previstas no seu art.º 22.º n.ºs 5 a 7.”-----

----- A Assembleia Municipal de liberou, por maioria de 26 votos a favor e 16 votos contra aprovar a proposta de criação da Comissão Permanente de Economia, Turismo e Empreendedorismo sem os seguintes parágrafos: -----

----- “Mais se informa V. Exa. que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, apoiada por Técnico da Câmara Municipal, com vista ao bom exercício das suas funções. -----

----- Mais se informa, ainda V. Ex a que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal.”-----

----- Anota-se que votaram a favor os grupos municipais dos Unidos por Torres Vedras e do CHEGA e contra os grupos municipais do PS e do PCP.-----

**Comissão de Permanente de Urbanismo, Ordenamento do Território e Habitação:**-----

----- O Grupo Municipal "Unidos por Torres Vedras", na Assembleia Municipal de Torres Vedras, vem, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 15.º e do n.º 3 do art.º 24.º ambos do Regimento daquele órgão, requerer a V. Exa. se digne proceder ao agendamento, para a próxima sessão, da proposta de constituição de uma Comissão Permanente de Urbanismo, Ordenamento do Território e Habitação, que terá na sua esfera de atribuições a análise de todas as matérias relacionadas com os temas em questão, designadamente os instrumentos de gestão urbanística, habitação acessível, de molde a habilitar os diversos intervenientes e as forças políticas que integram este órgão, com as informações que lhes permitam entender os documentos em

preparação, designadamente o Plano Diretor Municipal (PDM de Torres Vedras) e contribuir para que haja maior celeridade, com vista à sua aprovação, bem assim como a razão de ser das opções subjacentes.-----

----- Atento o previsto no art.º 24.º do Regimento, desta Assembleia, esta Comissão deverá:-----

----- a) Ser considerada permanente;-----

----- b) Ser constituída por dois membros efetivos de cada força política a indicar pelo respetivo Grupo Municipal;-----

----- c) Ser presidida por António João Leal da Costa Bastos e terá, ainda, como segundo elemento integrante: João Paulo Moreira dos Reis.-----

----- d) Considerar como suplentes de qualquer um dos membros efetivos, os que abaixo se apontam: Humberto Manuel Sebastião Gomes e Ana Clara Gomes dos Santos.-----

----- Mais se informa V. Exa. que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, apoiada por Técnico da Câmara Municipal ou Equipa Técnica, com vista ao bom exercício das suas funções.-----

----- Mais se informa, ainda V. Exa., que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal.-----

----- Todas as demais questões, que se suscitem no decurso das sessões desta Comissão, serão resolvidas, designadamente, mediante o recurso à aplicação das normas legais, em especial as previstas no Regimento desta Assembleia, designadamente no que concerne às deliberações, as previstas no seu art.º 22.º n.ºs 5 a 7.”-----

----- A Assembleia Municipal de liberou, por maioria de 26 votos a favor e 16 votos contra aprovar a proposta de criação da Comissão Permanente de Urbanismo, Ordenamento do Território e Habitação, sem o seguinte parágrafo:-----

----- Mais se informa, ainda V. Ex a que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal.”-----

----- Anota-se que votaram a favor os grupos municipais dos Unidos por Torres Vedras e do CHEGA e contra os grupos municipais do PS e do PCP.-----

**Comissão Permanente de Mobilidade e Transportes:**-----

----- “O Grupo Municipal "Unidos por Torres Vedras", na Assembleia Municipal de Torres Vedras, vem, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 15.º e do n.º 3 do art.º 24.º ambos do Regimento daquele órgão, requerer a V. Exa. se digne proceder ao agendamento, para a próxima sessão, da proposta de constituição de uma Comissão Permanente de Mobilidade e Transportes, que terá na sua esfera de atribuições fazer o levantamento da situação atual a nível de mobilidade e dos transportes em todo o Concelho de Torres Vedras, no que concerne aos acessos, circulação e estacionamento e, ainda, apresentar medidas de curto, médio e longo prazo para resolução das

dificuldades/desconformidades verificadas, de molde a habilitar os diversos intervenientes e as forças políticas que integram este órgão, com as informações que lhes permitam entender as opções tomadas. -----

----- Atento o previsto no art.º 24.º do Regimento, desta Assembleia, esta Comissão deverá: -----

----- a) Ser considerada permanente; -----

----- b) Ser constituída por dois membros efetivos de cada força política, a indicar pelo respetivo Grupo Municipal; -----

----- c) Ser presidida por Tânia Isabel Ramos Mourato e terá ainda como segundo elemento integrante: Susana Mónica da Silva José.

----- d) Considerar como suplentes de qualquer um dos membros efetivos, os que abaixo se apontam: Humberto Manuel Sebastião Gomes e Francisco José Teodoro Martins. -----

----- Mais se informa V. Ex a que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, apoiada por elementos da P.S.P. e da G. N. R., e, ainda, por Técnico da Câmara Municipal de Torres Vedras, com vista ao bom exercício das suas funções. -----

----- Mais se informa, ainda V. Ex a que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal e solicitada informação às forças de segurança para que nos informem da sua disponibilidade para o efeito, indicando elementos para integrarem esta Comissão. -----

----- Todas as demais questões, que se suscitem no decurso das sessões desta Comissão, serão resolvidas, designadamente, mediante o recurso à aplicação das normas legais, em especial as previstas no Regimento desta Assembleia, designadamente no que concerne às deliberações, as previstas no seu art.º 22.º n.ºs 5 a 7.º. -----

----- A Assembleia Municipal de liberou, por maioria de 26 votos a favor e 16 votos contra aprovar a proposta de criação da Comissão Permanente de Mobilidade e Transportes sem os seguintes parágrafos: -----

----- Mais se informa V. Ex a que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, apoiada por elementos da P.S.P. e da G.N.R., e, ainda, por Técnico da Câmara Municipal de Torres Vedras, com vista ao bom exercício das suas funções. -----

----- Mais se informa, ainda V. Ex a que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal e solicitada informação às forças de segurança para que nos informem da sua disponibilidade para o efeito, indicando elementos para integrarem esta Comissão. -----

----- Anota-se que votaram a favor os grupos municipais dos Unidos por Torres Vedras e do CHEGA e contra os grupos municipais do PS e do PCP. -----

**Comissão Permanente do Orçamento e Finanças:** -----

----- “O Grupo Municipal "Unidos por Torres Vedras", na Assembleia Municipal de Torres Vedras, vem, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 15.º e do n.º 3 do art.º 24.º ambos do Regimento daquele órgão, requerer a V. Exa. se digne proceder ao agendamento, para a próxima sessão, da proposta de constituição de uma Comissão Permanente do Orçamento e Finanças, que terá na sua esfera de atribuições, apreciar, e, eventualmente, emitir parecer, apresentar relatórios e conclusões sobre documentos de natureza financeira, nomeadamente:-----

----- Orçamento; -----

----- Grandes Opções do Plano; Prestação de Contas; e, -----

----- Impostos e Taxas Municipais; de molde a habilitar os diversos intervenientes e as forças políticas que integram a Assembleia Municipal, com as informações que lhes permitam entender os documentos em preparação elou já elaborados e em causa, bem assim como a razão de ser das opções subjacentes. -----

----- Atento o previsto no art.º 24.º do Regimento, esta Comissão deverá:-----

----- a)Ser considerada permanente; -----

----- b)Ser constituída por dois membros efetivos de cada força política, a indicar pelo respetivo Grupo Municipal: -----

----- c)Ser presidida por Helena Isabel Ferreira Ribeiro Runa e terá, ainda, como segundo elemento integrante: Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo.-----

----- d)Considerar como suplentes de qualquer um dos membros efetivos, os que abaixo se apontam: Ilídio Paulo Antunes Santos e Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida. -----

----- Mais se informa V. Ex. a que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, reunirá previamente à apresentação dos suprarreferidos documentos, apoiada por Técnico da Câmara Municipal, para o bom exercício das suas funções, em regra em três (3) momentos distintos ao longo do ano.-----

----- Mais se informa, ainda V. Ex. a que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal.-----

----- Todas as demais questões, que se suscitem no decurso das sessões desta Comissão, serão resolvidas, designadamente, mediante o recurso à aplicação das normas legais, em especial as previstas no Regimento desta Assembleia, designadamente no que concerne às deliberações, as previstas no seu art.º 22.º n.ºs 5 a 7.”-----

----- A Assembleia Municipal de liberou, por maioria de 26 votos a favor e 16 votos contra aprovar a proposta de criação da Comissão Permanente do Orçamento e Finanças sem o seguinte parágrafo:-----

----- Mais se informa, ainda V. Ex. a que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal.-----

----- Anota-se que votaram a favor os grupos municipais dos Unidos por Torres Vedras e do CHEGA e contra os grupos municipais do PS e do PCP.-----

**Comissão Permanente de Ambiente, Mundo Rural e Sustentabilidade:** -----

----- “O Grupo Municipal "Unidos por Torres Vedras", na Assembleia Municipal de Torres Vedras, vem, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 15.º e do n.º 3 do art.º 24.º ambos do Regimento daquele órgão, requerer a V. Exa. se digne proceder ao agendamento, para a próxima sessão, da proposta de constituição de uma Comissão Permanente de Ambiente, Mundo Rural e Sustentabilidade, que terá na sua esfera de atribuições, refletir sobre políticas a adotar, de apoio à agricultura, ao desenvolvimento rural, à preservação da paisagem e valorização do território agrícola, de molde a habilitar os diversos intervenientes e as forças políticas que integram este órgão, com as informações que lhes permitam entender as opções tomadas ou a tomar. -----

----- Atento o previsto no art.º 24.º do Regimento, desta Assembleia, a Comissão deverá:-----

----- a) Ser considerada permanente; -----

----- b) Ser constituída por dois membros efetivos de cada força política, a indicar pelo respetivo Grupo Municipal -----

----- c) Ser presidida por Ana Teresa de Carvalho dos Santos e terá ainda como segundo elemento integrante: Luís Carlos Jordão Sousa Lopes. -----

----- d) Considerar como suplentes de qualquer um dos membros efetivos, os que abaixo se apontam: Sérgio Alexandre Simões Ferreira e Mário João Ferreira Gomes. -----

----- Mais se informa V. Ex a que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, com vista ao bom exercício das suas funções.

----- Todas as demais questões, que se suscitem no decurso das sessões desta Comissão, serão resolvidas, designadamente, mediante o recurso à aplicação das normas legais, em especial as previstas no Regimento desta Assembleia, designadamente no que concerne às deliberações, as previstas no seu art.º 22.º n.ºs 5 a 7.”.-----

----- A Assembleia Municipal de liberou, por maioria de 26 votos a favor e 16 votos contra aprovar a proposta de criação da Comissão Permanente de Ambiente, Mundo Rural e Sustentabilidade sem o seguinte parágrafo: -----

----- Mais se informa V. Ex a que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, com vista ao bom exercício das suas funções.” --

----- Anota-se que votaram a favor os grupos municipais dos Unidos por Torres Vedras e do CHEGA e contra os grupos municipais do PS e do PCP.-----

**Comissão Permanente de Saúde, Desporto e Envelhecimento Ativo:** -----

----- “O Grupo Municipal "Unidos por Torres Vedras", na Assembleia Municipal de Torres Vedras, vem, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 15.º e do n.º 3 do art.º 24.º ambos do

Regimento daquele órgão, requerer a V. Exa. se digne proceder ao agendamento, para a próxima sessão, da proposta de constituição de uma Comissão Permanente de Saúde, Desporto e Envelhecimento Ativo, que terá na sua esfera de atribuições a análise e o acompanhamento de todas as questões atinentes aos diferentes domínios da sua área de atuação, de molde a habilitar os diversos intervenientes e as forças políticas que integram este órgão, com as informações que lhes permitam entender as opções tomadas ou a tomar. -----

----- Atento o previsto no art.º 24.º do Regimento, desta Assembleia, a Comissão deverá: -----

----- a) Ser considerada permanente; -----

----- b) Ser constituída por dois membros efetivos de cada força política, a indicar pelo respetivo Grupo Municipal; -----

----- c) Ser presidida por Jorge Carlos Ferreira dos Santos e terá ainda como segundo elemento integrante: Herculano Manuel Cosme Raposo. -----

----- d) Considerar como suplentes qualquer um dos membros efetivos, que abaixo se apontam: João Marcelo Garcia Marques e Dalila do Carmo Miranda de Jesus. -----

----- Mais se informa V. Exa. que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, apoiada por Técnico da Câmara Municipal, com vista ao bom exercício das suas funções. -----

----- Mais se informa, ainda V. Exa. que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal. -----

----- Todas as demais questões, que se suscitem no decurso das sessões desta Comissão, serão resolvidas, designadamente, mediante o recurso à aplicação das normas legais, em especial as previstas no Regimento desta Assembleia, designadamente no que concerne às deliberações, as previstas no seu art.º 22.º n.ºs 5 a 7.º. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos a favor e 16 votos contra aprovar a proposta de criação da Comissão Permanente de Saúde, Desporto e Envelhecimento Ativo, sem os seguintes parágrafos: -----

----- Mais se informa V. Exa. que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, com vista ao bom exercício das suas funções. --

----- Mais se informa, ainda V. Exa. que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal. -----

----- Anota-se que votaram a favor os grupos municipais dos Unidos por Torres Vedras e do CHEGA e contra os grupos municipais do PS e do PCP. -----

**Comissão Permanente de Proteção Civil e Segurança:** -----

----- “O Grupo Municipal “Unidos por Torres Vedras”, na Assembleia Municipal de Torres Vedras, vem, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 15.º e do n.º 3 do art.º 24.º ambos do

Regimento daquele órgão, requerer a V. Ex. se digne proceder ao agendamento, para a próxima sessão, da proposta de constituição de uma Comissão Permanente de Proteção Civil e Segurança, que terá na sua esfera de atribuições a apresentação de propostas para tornar mais seguro o nosso Concelho, para dotar cada Freguesia de uma equipa de Proteção Civil, devidamente apetrechada em termos humanos e materiais, de molde a habilitar os diversos intervenientes e as forças políticas que integram este órgão, com as informações que lhes permitam entender as opções tomadas. -----

----- Atento o previsto no art.º 24.º do Regimento, desta Assembleia, a Comissão deverá:-----

----- a) Ser considerada permanente; -----

----- b) Ser constituída por dois membros efetivos de cada força política a indicar pelo respetivo Grupo Municipal: -----

----- c) Ser presidida por Dalila do Carmo Miranda de Jesus e terá ainda como segundo elemento integrante, Mário Jorge da Glória Agostinho; -----

----- d) Considerar como suplentes de qualquer um dos membros efetivos, os que abaixo se apontam: Mário João Ferreira Gomes e Ana Clara Gomes dos Santos.-----

----- Mais se informa V. Ex. a que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, apoiada por Técnico da Proteção Civil, Técnico da Câmara Municipal, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, P.S.P. e G.N.R., com vista ao bom exercício das suas funções. -----

----- Mais se informa, ainda V. Ex. a que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal.-----

----- Todas as demais questões, que se suscitem no decurso das sessões desta Comissão, serão resolvidas, designadamente, mediante o recurso à aplicação das normas legais, em especial as previstas no Regimento desta Assembleia, designadamente no que concerne às deliberações, as previstas no seu art.º 22.º n.ºs 5 a 7.”.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos a favor e 16 votos contra aprovar a proposta de criação da Comissão Permanente de Proteção Civil e Segurança, sem os seguintes parágrafos:-----

----- Mais se informa V. Ex. a que esta Comissão, com as finalidades acima assinaladas, deverá reunir, pelo menos, uma vez a cada dois meses, apoiada por Técnico da Proteção Civil, Técnico da Câmara Municipal, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, P.S.P. e G.N.R., com vista ao bom exercício das suas funções. -----

----- Mais se informa, ainda V. Ex. a que através da Mesa, já foi requerido apoio técnico para o efeito, à Câmara Municipal.-----

----- Anota-se que votaram a favor os grupos municipais dos Unidos por Torres Vedras e do

CHEGA e contra os grupos municipais do PS e do PCP.-----

**Declaração de voto do PS:** -----

----- Pediu a palavra o líder do Grupo municipal do PS, **Carlos Miguel**, para fazer a seguinte declaração de voto:-----

----- “O Grupo Municipal do Partido Socialista votou será contra a constituição destas comissões, não pelo tema que cada uma irá abordar, mas sim por não nos terem demonstrado que não havia um aumento de despesa pública e tudo evidência que vai haver um aumento da despesa pública e o PS será contra esta ou qualquer outra proposta que aumente essa mesma despesa, daí o nosso voto contra.” -----

----- De seguida fez um requerimento à mesa: -----

----- “Nós Grupo Municipal do Partido Socialista estávamos convictos que haveria nesta Assembleia Municipal um outro senso e que as comissões passassem a ser constituídas só por um elemento, e por isso neste momento, não estamos preparados para apresentar dois elementos, mais dois suplentes para cada uma das comissões e, por isso, requeríamos à Presidente da Assembleia Municipal, que até à próxima sessão nos fosse dado esse tempo para apresentar os elementos que comporão cada uma das comissões.” -----

----- Em resposta ao requerimento a **presidente da Mesa**, disse que nos termos do que tinham acordado na CPL, em termos úteis, as comissões têm que tomar posse, e têm que ser indicados os membros em tempo mais ou menos razoável, pelo que tendo em conta o calendário do mês de dezembro, crê que não haverá possibilidade de terem datas disponíveis para tomar posse e, portanto, não vê qualquer problema de apresentarem esses elementos, até essa data. -----

----- Explicou ainda que de acordo com alguns dos temas que serão agendados na próxima sessão, nomeadamente os documentos previsionais e a carta educativa, como as comissões não estão constituídas, irá sugerir reuniões com os técnicos camarários afetos a estes assuntos que possam dar algumas explicações, caso entendam por necessário, que fará todo o sentido.-----

**5 - PROPOSTA N.º 37/AM/2025 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:** -----

----- Sobre este ponto a **presidente da Mesa** informou que tinha chegado à mesa da assembleia no início da sessão uma moção conjunta pelo Novo Hospital do Oeste, que iria ler pois ninguém teve acesso a este documento, que substituíra a que foi previamente distribuída a todos os membros. -----

**MOÇÃO CONJUNTA PELO NOVO HOSPITAL DO OESTE:** -----

----- “A concretização do novo Hospital do Oeste tornou-se, ao longo dos últimos 20 anos, uma das questões mais determinantes para o futuro da saúde na região. As nossas populações, bem como os profissionais que servem diariamente, com inextinguível zelo e dedicação, nos 3 polos hospitalares da ULS Oeste (Torres Vedras, Peniche e Caldas da Rainha), têm manifestado de

forma clara a necessidade de uma resposta capaz de assegurar cuidados hospitalares adequados, acessíveis e ajustados aos desafios atuais. -----

----- Perante um processo longo, amplamente estudado e sustentado por consensos técnicos e institucionais, torna-se imperativo que a decisão política acompanhe a urgência sentida pelas comunidades. -----

----- É neste contexto que defendemos que a Assembleia Municipal de Torres Vedras reafirme a importância de uma posição firme e concertada, que coloque finalmente a região no caminho da justiça territorial e da dignidade no acesso aos cuidados de saúde.-----

----- Desta forma e considerando que: -----

----- 1. Há mais de duas décadas que a região Oeste aguarda a concretização do novo Hospital do Oeste, uma infraestrutura essencial para garantir o acesso equitativo a cuidados de saúde de qualidade a todos os cidadãos da região;-----

----- 2. Ao longo dos últimos anos, têm sido promovidos estudos, debates e processos de concertação intermunicipal, culminando num acordo histórico entre os municípios do Oeste, demonstrando um notável espírito de cooperação regional; -----

----- 3. O estudo desenvolvido por uma Comissão Independente da Universidade Nova, solicitando de forma unânime pelos 12 municípios que compõem o executivo da OesteCim, apresentou conclusões claras, rigorosas e fundamentadas, quer relativamente à sua localização, quer às suas valências, confirmando também a urgência da construção de um novo Hospital que substitua os 3 atuais, sublinhando a importância de uma solução equilibrada e tecnicamente sustentada; -----

----- 4. O anterior governo, após a receção deste estudo, criou um grupo de trabalho, dentro do Ministério da Saúde para o avaliar, tendo elaborado um relatório - que faz parte da pasta de transição em que valida todos os pressupostos e conclusões do estudo independente realizado pela Universidade Nova.-----

----- 5. Este processo técnico e participativo consolidou o consenso entre autarquias, profissionais de saúde e populações, que veem nesta infraestrutura uma condição indispensável para a melhoria do sistema de saúde e da coesão territorial da região.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras delibera: -----

----- 1. Reafirmar a sua total solidariedade com os Torrienses na defesa da concretização do novo Hospital do Oeste; -----

----- 2. Exigir ao Governo que tome uma decisão firme, célere e definitiva sobre a construção do novo hospital, respeitando o consenso regional alcançado e as conclusões do estudo técnico independente;-----

----- 3. Solicitar uma reunião com o Senhor Primeiro-Ministro, a realizar com uma delegação desta Assembleia Municipal, com a participação do Executivo Municipal e da Comissão de Saúde, com

elementos a definir por cada força partidária, para apresentar diretamente a posição do Município e sublinhar a necessidade de uma decisão imediata e responsável quanto ao futuro da saúde em Torres Vedras e na região Oeste. -----

----- Grupo Municipal do Unidos por Torres Vedras e Grupo Municipal do PS.”-----

----- Pediu para usar da palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio*, referindo que esta moção resulta, daquilo que são as vontades das forças maioritárias no concelho e que tudo o que diz respeito a todo este processo, ao longo dos últimos 20 anos do novo hospital está na mesma espelho. A necessidade deste reforço conjunto da Assembleia Municipal enquadra-se naquilo que foram as declarações prestadas no passado dia 6 de outubro, pelo senhor primeiro-ministro nas Caldas da Rainha, quando foram confrontados com o anúncio da suspensão do processo de construção Novo Hospital do Oeste. -----

----- Esta nova realidade, desta suspensão, foi, entretanto, reconfirmada em sede da Comissão de Saúde na Assembleia da República, pelo secretário de Estado da Saúde que, após ser interpelado por 3 deputados sobre o assunto, disse o seguinte: “Todo o processo está em avaliação.”-----

----- Salientou ainda que quando tudo estava encaminhado para avançarem naquilo que era a construção do novo hospital, quando até no último orçamento já haveria uma verba para este efeito, confrontados com estas declarações e confrontados também com a rubrica zero no novo Orçamento de Estado para este projeto, acha que é urgente esclarecerem qual é o ponto de situação e, portanto, esta vontade de interpelar o senhor primeiro-ministro, uma vez que, por parte da ministra da Saúde, que tem sido bastante interpelada até pela OesteCIM sobre o assunto, e se têm escudado e de alguma forma reencaminhado para entidades que não têm resposta para lhes dar, entenderam que apenas ele os pode esclarecer. -----

----- Continuou dizendo que a moção propõe solicitar uma reunião, ao senhor primeiro-ministro com os membros da Assembleia, do Executivo e da Comissão de Saúde para perceberem exatamente se o Oeste vai ter finalmente o novo hospital ou se está em avaliação por mais 20 anos, que é aquilo que tem estado e questionar o que é que falta avaliar, sendo que ao longo de 20 anos já houve estudos para tudo e essa é a grande questão.-----

----- As populações de Torres Vedras, os torrienses do Oeste não podem continuar à espera, não podem continuar a ser servidos por instalações, que não são condignas, que não prestam os cuidados necessários e que também dificultam imenso a prestação dos cuidados por parte dos profissionais que fazem um esforço enorme para funcionar e para trabalhar nestas condições e, portanto, para já é este o intuito desta moção. -----

----- O *deputado municipal Carlos Filipe*, fez notar que todas as forças políticas estão de acordo com a moção e o deputado Rui Prudêncio falou unicamente em nome do PS e do Unidos por Torres Vedras. -----

----- O CHEGA já tinha feito uma intervenção sobre este assunto no período antes da ordem do dia, e iriam votar a moção a favor, mas os colegas deveriam ter pensado nas outras forças representadas na Assembleia Municipal não só no PS e nos Unidos por Torres Vedras. -----

----- O *deputado municipal Carlos Miguel*, fez notar que da parte do PS, estão abertos, a que a moção possa a ser subscrita por outras forças políticas, mas sem qualquer alteração. -----

----- O deputado municipal, **Jorge Santos** secundando esta intervenção disse que o Unidos por Torres Vedras não tem qualquer oposição a que as outras forças possam subscrever a moção desde que não haja alteração de texto. -----

----- O *deputado municipal Fernando Guerra*, disse que o PCP, entende que o mais importante é que se faça o hospital urgentemente, que já vem com muitos anos de atraso e a população é que está a ser prejudicada. Não interessa quem propôs, o que interessa é que é saia da assembleia uma posição firme, uma posição unanime e que possam lutar por isso onde for preciso, levando esta ideia para a frente, pois precisam de um Novo Hospital de Torres Vedras, a população Torres Vedras precisa de um hospital no Oeste e sendo essa a posição do PCP, também subscrevem totalmente a moção. -----

----- A encerrar as intervenções e antes da votação, a **presidente da Mesa** manifestou a sua satisfação pelo facto de ter sido obtido consenso e que esta moção seja subscrita por todos. Acha que a democracia fica excelentemente bem representada naquilo que os deve unir, que é um hospital para todos, que bem precisam. -----

----- A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a moção em título. -----

**NOTA DE PESAR PELO FALECIMENTO DE VÍTOR MANUEL NAPOLEÃO GALANTINHO:** -----

----- A presidente da mesa anunciou que a nota de pesar seria lida pelo *deputado municipal Luís Carlos Lopes*: -----

----- “A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sessão extraordinária no dia 10 de dezembro de 2025, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Vítor Manuel Napoleão Galantinho, ocorrido no passado dia 2 de novembro de 2025, aos 81 anos de idade. -----

----- Enquanto presidente da Associação de Agricultores de Torres Vedras, destacou-se pela defesa incansável dos agricultores e do mundo rural, contribuindo para o desenvolvimento económico e a coesão social do nosso concelho. -----

----- Proprietário da Quinta da Portucheira, em Matacães, dedicou a sua vida à produção e comércio de vinho, à fruticultura e à criação de gado, tendo, contudo, iniciado o seu percurso profissional na indústria do vestuário. -----

----- Foi testemunha privilegiada da profunda transformação agrícola das últimas décadas: recordava o tempo em que a vinha exigia muita mão de obra, esforço coletivo e trabalho incansável no campo, e defendia com entusiasmo a evolução para uma agricultura profissional,

mecanizada e tecnologicamente avançada. Via nas novas ferramentas digitais - como *drones*, sensores e sistemas de monitorização - oportunidades para maior eficiência, sustentabilidade e qualidade, num setor cada vez mais qualificado e inovador.-----

----- Visionário e empreendedor, aos 29 anos inaugurou um novo conceito de comercialização ao abrir em Lisboa a sua primeira loja de venda de vinho a granel - levando ao consumidor urbano vinhos de várias zonas do país. Chegou, inclusive, a gerir 11 lojas em Lisboa, marcando uma aposta pioneira na ligação entre o campo e a cidade e na divulgação da diversidade vínica nacional.-----

----- No domínio institucional, a sua intervenção foi marcante: -----

----- Integrava a Direção da Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal, contribuindo para a formação das novas gerações; -----

----- Era 1.º suplente da Direção da Leader Oeste; -----

----- Desempenhava funções de vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal. -----

----- Participou ainda na candidatura que resultou na atribuição do título de “Cidade Europeia do Vinho 2018” a Torres Vedras e Alenquer, contribuindo para reforçar a projeção nacional e internacional do nosso território vitivinícola. A sua participação nesse processo foi apenas um dos exemplos mais visíveis do seu trabalho contínuo e empenhado na afirmação de Torres Vedras como referência da agricultura e do vinho, colaborando com o Município em iniciativas estruturantes - como a presença ativa na Feira de São Pedro e diversas ações de promoção dos produtores, das marcas locais e do reconhecimento público do concelho.-----

----- Em todas estas funções e colaborações - formais ou informais - destacou-se pelo espírito de serviço, colocando sempre o seu tempo e conhecimento ao dispor da agricultura e de Torres Vedras, sem nunca procurar benefício pessoal ou contrapartida. A sua participação tinha um único propósito: servir a terra que amava e defender quem nela trabalha. -----

----- Falava com profundo orgulho dos vinhos de Torres Vedras, destacando a sua reconhecida qualidade, marcada pelo carácter único do território e pela dedicação das pessoas que o cultivam. Defendia que a autenticidade dos nossos vinhos resulta da combinação entre tradição, conhecimento acumulado e a evolução técnica que o setor tem sabido abraçar, fazendo do concelho uma referência cada vez mais afirmada no panorama vitivinícola. -----

----- Vítor Napoleão Galantinho foi um homem de convicções, que honrou a terra, dignificou quem nela trabalha e ajudou a construir o futuro da agricultura do nosso concelho. O seu legado perdurará na memória da comunidade, nas instituições que serviu e nos vinhos que ajudou a elevar-----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras apresenta à sua família, amigos e à comunidade

agrícola as mais sentidas condolências, em nome de todo o concelho, que reconhece a relevância da sua vida e obra. -----

----- Grupo Municipal Unidos Por Torres Vedras. -----

----- Torres Vedras, 10 de dezembro de 2025".-----

----- O *deputado municipal Carlos Miguel*, pediu a palavra para solicitar que o grupo municipal que lidera subscreva na íntegra o voto em título e disse que pessoalmente, é testemunha, da parceria ativa que Vítor Napoleão Galantinho sempre teve com a Câmara Municipal de Torres Vedras em muitos e diversos eventos, também dando uma palavra de estímulo e uma palavra sábia, nas opções que em diversas situações poderiam tomar, e por isso votam a favor. -----

----- Também o grupo municipal do CHEGA manifestou a vontade de subscrever o voto o que foi aceite pelos proponentes.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade mandar lavrar em ata o voto de pesar pelo falecimento de Vitor Manuel Napoleão Galantinho, endereçando à família as mais sentidas condolências, nesta ocasião de profundo pesar e observou um minuto de silêncio em memória do falecido.-----

**MOÇÃO PELOS 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975:** -----

----- A presidente da Mesa deu a palavra ao *deputado municipal Carlos Filipe* para fazer a leitura da moção em título, e que se transcreve na íntegra de seguida: -----

----- “No dia 25 de novembro de 1975, Portugal viveu um momento decisivo da sua trajetória democrática. Num contexto de imensa instabilidade política, social e militar, o período do chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC), deu-se uma viragem que permitiu assegurar a autoridade do Estado democrático e liberar o país da tensão crescente entre forças radicais e moderadas. Após o verão quente de 75, o 25 de novembro revelou-se o verdadeiro dia em que Portugal e os portugueses finalmente conquistaram a democracia. -----

----- A importância deste dia reside não apenas na sua circunstância imediata, o controlo da crise militar, a reafirmação do mandato democrático das instituições civis, a garantia de que o caminho iniciado na Revolução de 25 de Abril de 1974 continuaria, mas também no seu valor simbólico como momento de estabilização da Democracia portuguesa. -----

----- Este ano, como marco do 50.º aniversário, o Estado português decidiu dar à data uma assinalável visibilidade institucional, tendo sido aprovada uma Resolução do Conselho de Ministros que determina a realização das comemorações do cinquentenário e a criação de uma Comissão específica para o efeito. Além disso, pela primeira vez com contornos solenes no Parlamento, a Assembleia da República assinalará/assinalou oficialmente o 25 de novembro como data de memória democrática, o que sublinha o seu reconhecimento formal como momento fundacional da estabilidade democrática em Portugal. -----

----- Assim, celebramos o 25 de novembro como um dia de reafirmação dos valores da liberdade, do pluralismo, da legalidade democrática e da convivência cívica. Celebramos aqueles que, num tempo incerto, defenderam que a abertura de abril não devia transformar-se numa deriva caótica ou autoritária, mas antes num regime democrático plural. Celebramos o triunfo da moderação, da legalidade, da possibilidade de discussão política livre. -----

----- Que este 50.<sup>o</sup> aniversário sirva não só para recordar os acontecimentos de 1975, mas para refletir sobre o nosso presente e futuro: sobre o compromisso coletivo com a democracia, sobre a participação ativa dos cidadãos, sobre os espaços de liberdade que construímos, e que devemos preservar. Celebremos, com orgulho e responsabilidade, este dia que reafirma que, em Portugal, a liberdade conquistada em abril encontrou o seu firme complemento em novembro. -----

----- Celebrar o 25 de novembro é recordar que a democracia tem inimigos, antigos e novos, e que a defesa da liberdade exige vigilância permanente e é da responsabilidade de todos, dar a vida pela mesma. -----

----- É, à luz deste legado que, se torna imperativo afirmar que qualquer tentativa de ilegalização da segunda maior força política de Portugal representa uma afronta direta ao espírito do 25 de abril e do 25 de novembro. -----

----- Porque ataca o pluralismo democrático e usa o expediente judicial para vencer quem não consegue, pelo voto popular. -----

----- Da esquerda totalitária de 1975 às novas formas de autoritarismo cultural, político ou institucional de hoje, todos aqueles que tentem silenciar adversários políticos devem ser combatidos. -----

----- Neste dia histórico devemos ainda relembrar os heróis de novembro, nomeadamente os Comandos, sob a liderança determinada do Tenente-Coronel Jaime Neves, que impediram que as forças da extrema-esquerda antidemocráticas impusessem, pela força, um regime totalitário de inspiração marxista-leninista, semelhante aos que então vigoravam em Cuba, China, Coreia do Norte ou União Soviética, assim como Pires Veloso e os seus homens no norte e o refúgio da Base da Força Aérea na Cortegaça, onde milhares de civis e militares, se juntaram e constituíram um verdadeiro muro, garante de uma alternativa, caso "a coisa desse para o torto". -----

----- O 25 de novembro foi o momento em que Portugal disse CHEGA ao extremismo e à tentativa de subverter a vontade popular. -----

----- Assim, os eleitos do Partido Chega homenageiam com profundo respeito, todos os militares e civis que garantiram a vitória da liberdade no 25 de novembro; -----

----- Enaltecem a coragem daqueles que impediram que Portugal caísse nas sombras do totalitarismo marxista ----- ;

----- Condenam qualquer tentativa de restringir o pluralismo democrático, incluindo iniciativas que

pretendam ilegalizar forças políticas legitimadas pelo voto popular; -----

----- Reafirmam a sua determinação em defender os valores democráticos consagrados na Constituição da República Portuguesa. -----

----- 25 de novembro, sempre. Comunismo nunca mais!-----

----- A ser aprovada, a presente moção deverá ser remetida a: -----

----- Serviços da câmara municipal, juntas e assembleias de freguesia, e órgãos de comunicação social local. -----

----- Grupo Municipal do Chega.” -----

----- Pediu para usar da palavra o *deputado municipal **Herculano Raposo*** que fez a seguinte intervenção:-----

----- “ O 25 de novembro, é uma data fundadora da nossa democracia, foi o momento que afastou definitivamente o espectro do regime autoritário de esquerda e garantiu a pluralidade política, a liberdade e a convivência democrática que hoje todos usufruímos, por isso enquanto democrata, nunca votaria contra qualquer moção que dignifica e valoriza esta data que tanto representa para Portugal e com espírito de tolerância, mutua e pluralismo político não tenho qualquer preconceito político com quem apresenta moção, no entanto, não posso deixar de assinalar nesta moção, uma tentativa de usar o evento de 25/11/75 para servir e a chamar a atenção para agendas particulares e reivindicações de caráter corporativo. -----

----- Essa não é nem nunca será a minha posição nem a posição do partido que represento, o CDS/PP, partido que, aliás, teve um papel essencial na institucionalização desta comemoração a nível nacional na Assembleia da República.-----

----- Reafirmo a rejeição da instrumentalização da data, o 25 de novembro merece unidade, respeito e elevação.” -----

----- Seguiu-se a intervenção do deputado municipal ***Rui Prudêncio***:-----

----- “A proposta apresentada sob o pretexto de celebrar o 25 de novembro constitui uma profunda deturpação do espírito democrático, que emergiu do 25/4/1974. -----

----- Embora o 25 de Novembro tenha desempenhado um papel relevante na estabilização do regime democrático, não pode nem deve ser instrumentalizado para promover leituras partidárias, revisionistas ou exclusivistas da história. O texto em causa ultrapassa largamente a evocação histórica e transforma-a num manifesto ideológico, que contraria os próprios valores da liberdade, pluralismo e tolerância que afirma defender. -----

----- É particularmente preocupante a tentativa de utilizar o 25 de novembro como arma de combate político, em vez de o evocar como momento de consolidação democrático. A linguagem adotada marcada por generalizações ideológicas, simplificações históricas e acusações de natureza absolutista revela uma deriva de extrema-direita, que instrumentaliza o passado para

legitimar a deslegitimação dos adversários políticos, no presente.-----

----- Esta abordagem, não honra, nem o legado de abril, nem o de novembro, pelo contrário, destorce-os para sustentar uma narrativa, polarizadora e profundamente divisionista.-----

----- O texto recorre a uma retórica de inimigos internos, típica de divisões autoritárias, sugerindo que parte do espectro político democrático constitui uma ameaça à nação. Esta lógica não é compatível com a democracia plural, constituída após a Revolução dos cravos, que assenta precisamente no reconhecimento da diversidade de opiniões, na coexistência pacífica de projetos políticos distintos e na rejeição de discursos que visam excluir, silenciar ou demonizar o outro.-----

----- O texto, denuncia supostos atentados à democracia, mas simultaneamente, recorre a uma retórica que excluiu, estigmatiza e hostiliza setores legítimos da sociedade portuguesa, uma prática profundamente contrária à liberdade conquistada em abril.-----

----- Não é possível defender a democracia enquanto se perpetuam discursos que tratam cidadãos e movimentos dentro da legalidade, como ameaças existenciais. Da mesma forma a utilização insistente de dicotomia democracia versus comunismo apresentada de forma anacrónica e descontextualizada, serve apenas para alimentar medos, ressuscitar fantasmas históricos e justificar uma visão estreita e sectária da realidade política.-----

----- A democracia portuguesa não se fortalece com simplificações ideológicas, mas com o compromisso rigoroso com os seus princípios fundadores, liberdade, igualdade, pluralismo, participação e respeito pelas instituições.-----

----- Por tudo isto rejeitamos esta proposta. Rejeitamo-la porque não promove a memória democrática, instrumentaliza-a, não defende a liberdade, apropria-se dela para justificar ataques políticos. Não honra o 25 de abril, contraria-o.-----

----- Uma democracia sólida, não se constrói com negativas de exclusão, medo ou revisionismos parciais, mas com responsabilidade, rigor histórico e respeito por todos os que fazem parte da vida democrática do país. O 25 de abril deu-nos a liberdade.-----

----- O 25 de novembro ajudou a consolidá-la, mas nenhum destes marcos deve ser usado para legitimar discursos extremistas que, sob a capa de defesa da democracia colocam em causa os seus fundamentos essenciais. Votaremos contra esta esta moção”.-----

----- Também o *deputado municipal **Fernando Guerra*** do PCP se pronunciou, dizendo o seguinte:

----- “Reconhecemos o 25 de novembro como uma data histórica, uma data histórica onde aqueles que agora auguram as comemorações do 25 de Novembro não conseguiram o objetivo que tinham e é por isso que nós achamos que é uma data histórica, porque foi travado uma tentativa de golpe de Estado, para impor o regime de Estado Novo em Portugal, porque quando se fala e noutros países não se fala nos assassinatos, nem em tanta gente que lutou e que foi preso e que morreu para nós hoje podemos estar aqui, por isso, esta moção é completamente despropositada,

estamos totalmente contra o seu teor, é uma moção divisionista, de extrema-direita, e como é lógico que votamos contra.” -----

----- Concluídas as intervenções passou-se à votação:-----

----- A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria de 37 votos contra, 1 abstenção e 4 votos a favor, reprovou a moção em título. -----

----- Anota-se que votaram contra os Grupos Municipais do Unidos por Torres Vedras, PS e PCP, absteve-se Francisco Vasconcelos (Unidos por Torres Vedras) e votou a favor o grupo Municipal do CHEGA. -----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pela Presidente da Mesa, Helena Ferreira, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelas 01:15 h a Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---